

CRMV PR

Conselho Regional de
Medicina Veterinária / P R

Nº 21 | Ano V
Out | Nov | Dez | 2006



Impresso Especial
360015460/2003-DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ
CORREIOS



Stockxpert

**Curso em 2007
aborda
empreendedorismo
rural**

**Nova diretoria
da SRP
quer envolver
o associado**



Educação
Um novo caminho

**Laticínios:
Responsabilidade Técnica e Registro**



9 de Setembro

Dia do Médico Veterinário 2006



CRMV-PR

Nós, do CRMV-PR e do Sindivet-PR e demais entidades de classe, agradecemos pelo apoio na realização da 2ª Corrida e Caminhada da Medicina Veterinária do Paraná. Muito Obrigado!



SINDIVET
Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná



Matteo Canessa

Apoio:





Conselho em ação

Pág. 6

Fiscalização

Hotéis para
animais de companhia

Pág. 12

Especial

Nova diretoria do SRP
quer envolver o associado

Pág. 13

Educação

Um novo caminho

Pág. 18

Comissão Editorial

Empreendedor na
Medicina Veterinária e na Zootecnia

Pág. 22

Matéria de Capa

Laticínios:
Responsabilidade Técnica
e Registro

Pág. 14

Expediente



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Masaru Sugai

Vice-presidente: Nestor Werner

Secretário-geral: Carlos Leandro Henemann

Tesoureiro: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos: Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia e Ricardo Pereira Ribeiro.

Conselheiros suplentes: Adelaide Marina Schaedler, Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral e Sérgio Toshihiko Eko.

Comissão editorial: Carlos Leandro Henemann (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Noemy Tellechea Pansard e Ricardo Pereira Ribeiro.

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná CRMV-PR

R. Fernandes de Barros, 685
Alto da XV - Curitiba - Paraná - CEP: 80040-200
Fone: (41) 3263-2511 - Fax: (41) 3264-4085
e-mail: jornalismo@crm-pr.org.br

Edição: Gabriela Sguarizi

Jornalista Resp.: Gabriela Sguarizi - DRTPR 5702

Estagiária: Luiza Sgobero Schuves

Tiragem: 10.000

Pré-Impressão (CTP) e Impressão: Maxigráfica

Projeto Gráfico: RDO Brasil

www.rdobrasil.com.br

(41) 3338-7054

Designer Resp.: Leandro Roth

Diagramação: Cristiane Borges

As matérias e artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da Diretoria do CRMV-PR.



Mensagem aos profissionais

Arquivo CRMV-PR



O ano de 2006 já está chegando ao fim e este é o momento para avaliarmos as ações desenvolvidas pelo CRMV-PR. E falar em desempenho é também analisar tanto os objetivos traçados e atingidos quanto os não alcançados. Neste ano, o CRMV-PR, em conjunto com outras instituições da Medicina Veterinária e da Zootecnia, apoiou e realizou diversos encontros, seminários, cursos e palestras para os profissionais com o intuito de melhorar a capacitação de médicos veterinários e zootecnistas no mercado de trabalho. Podemos citar como exemplos os Seminários Estaduais de Responsabilidade Técnica, o 3º Congresso de Cunicultura das Américas, 1º Encontro Estadual das Inspeções Sanitárias, 1º Encontro Paranaense de Produção Animal na Agroecologia, além de treinamentos em

cadeia produtiva do leite e da carne, animais selvagens, espécies exóticas, pequenos animais e agronegócio. As iniciativas que foram traçadas para 2006 e que por algum motivo não foram executadas não serão esquecidas. Serão novamente colocadas na pauta e se necessário serão repensadas.

Aproveito a oportunidade também para agradecer aos colegas médicos veterinários e zootecnistas, diretores, conselheiros, delegados, funcionários e estagiários pela parceria de 2006, desejando a todos, muito sucesso. ●

Feliz Natal e um ótimo 2007!

Masaru Sugai
presidente do CRMV-PR

Agenda

Curso de Inseminação Artificial

Dias: 11 a 14/12 (Bovinos)
18 e 19/12 (Caprinos e Ovinos) - Curitiba-PR
Informações: www.mataatlantica.org

Curso Teórico e Prático de Ortopedia em Pequenos Animais

Dias 7, 14 e 21/01/07 e 4 e 11/02 - Osasco-SP
Informações: www.junaeventos.com

Curso de Felinos a bordo do navio Island Escape

De 25 a 29/01/07 - partida e chegada no Porto de Santos-SP
Informações: www.junaeventos.com

Curso Criação e Manejo de Animais Silvestres Teórico e Prático

Dias 27 e 28/01/07 - Paraopeba-MG
Informações: www.zoואassessoria.com.br

Cursos de Pós-Graduação Lato Senso em Vigilância Sanitária e de Gestão em Agronegócios

De 23/03/07 a 12/08/08 - Curitiba-PR
Informações: www.didatus.com.br

47º Exposição de Londrina (2007)

De 5 a 15/04/07 - Londrina-PR
Informações: www.srp.com.br

Avesui Regiões 2007

Feira Internacional de Aqüicultura e Pesca (Aquafair)
Dias 10,11 e 12/04/07 - Belo Horizonte (MG)
Informações: www.avesui.com.br

International Meat Conference

De 25 a 27/04/07 - São Paulo-SP
Informações: www.cnpc.org.br/ims/site

10º Congresso Mundial de Odontologia Veterinária 1º Congresso Paulista de Felinos (Compafel)

De 25 a 27/04/07 - Guarujá-SP
Informações: www.wvdc2007.com.br

III Congresso Latino Americano de Higienistas de Alimentos IX Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos II Encontro Nacional de Centros de Controle de Zoonoses

De 1º a 4/05/07 - Porto Seguro-BA
Informações: www.higienistas.com.br

IV Curso de Oncologia Veterinária

De 12 a 13/05/07 - Curitiba-PR
Informações: www.kereventos.com.br

XXVIII Congresso Brasileiro da Anclivepa

De 24 a 27/05/07 - Florianópolis-SC
Informações: anclivepa2007@attitudepromo.com.br

9th Biennial Conference Society for Tropical Veterinary Medicine

De 17 a 22/06/07 - México
Informações: www.soctropvetmed.org

XX Congresso Latinoamericano de Avicultura

De 25 a 28/09/07 - Porto Alegre-RS
Informações: www.uba.org.br/congresso07.html

Transparência no CRMV-PR

Período: de janeiro a agosto de 2006

Receitas		R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas		819.825,66	36,33%
Anuidades de Pessoas Jurídicas		1.030.770,34	45,67%
SUBTOTAL		1.850.596,00	82,00%
Receitas com Aplicações Financeiras		87.246,93	3,87%
Receitas com Inscrições		54.860,58	2,43%
Expedição de Carteiras		13.274,25	0,59%
Expedição de Certidões		45,45	0,00%
Expedição de Certificações		34.186,43	1,51%
Receita de Dívida Ativa		81.980,53	3,63%
Transferências do CFMV		-	0,00%
Outras Receitas (*)		134.685,77	5,97%
Alienação de Bens Móveis		-	0,00%
TOTAL (A)		2.256.875,94	100,00
Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	490.988,78	33,96%
(2)*	Material de Consumo	28.991,58	2,01%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	22.877,80	1,58%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	876.461,80	60,62%
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	-	0,00%
(6)*	Equipamentos e Material Permanente	26.517,56	1,83%
TOTAL (B)		1.445.837,52	100,00
Superávit Orçamentário C = A - B		811.038,42	%

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registro, Multas p/falta RT, Multas p/ausência à Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas.

Méd. Vet. Masaru Sugai
CRMV-PR Nº 1797
Presidente

Jorge Alves de Brito
CRC-PR Nº 028.374/O-0
Contador

Detalhamento das Despesas

(1) * Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indeniz;

(2) * Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat.Acess.p/Máq.e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;

(3) * Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/ Serviços Prestados;

(4) * Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática, Reparos, Adaptação e Conservação de Bens, Serviços Gráficos, Serviços de Divulgação e Publicidade, Despesas c/ Fiscalização, Congressos e Convenções, Despesas com Educação Continuada, Convênio com o CIEE/PR, Manutenção Internet e Site, Desp. Abastec. veículos, Outros Serviços de Terceiros e Encargos;

(5) * Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR ;

(6) * Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos.

Entrega de cédulas

Gabriela Sguarizi



A solenidade é uma forma de prestigiar os novos profissionais.

Todos os profissionais recém-formados em Medicina Veterinária e em Zootecnia devem se inscrever no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) de sua região para começar a atuar nas profissões. À medida que as cédulas são expedidas, o CRMV-PR convida os profissionais para receber a documentação nas dependências da Autarquia. No dia 26 de julho, os profissionais se reuniram na sede do Conselho, em Curitiba, para receber as cédulas. O presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai, e o presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (Sindivet-PR), Cezar Amin Pasqualin, comandaram a reunião. Dia 2 de agosto foi a vez dos profissionais de Londrina receberem as cédulas. Em setembro os profissionais de Curitiba receberam as cédulas no dia 14. Em Londrina a solenidade ocorreu no dia 19, com a presença do presidente Sugai. Em Cascavel, os delegados do CRMV-PR, Odete Völz de Medeiros e João Carlos Koehler realizaram a entrega do documento. Em outubro, no dia 19, a diretoria do Conselho se reuniu para entregar as cédulas aos profissionais curitibanos. ●

Novos profissionais

No mês de agosto de 2006, representantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), participaram de duas cerimônias de colação de grau de formandos de Zootecnia no Estado. No dia 12, o presidente do Conselho, Masaru Sugai, participou da formatura dos alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL), prestando uma homenagem aos novos zootecnistas e em especial à Zootecnista Dássia Daiane de Oliveira, que obteve melhor desempenho durante a graduação. No dia 14, Wagner Luiz Bueno, delegado da Autarquia em Curitiba, participou da cerimônia de colação de grau dos alunos de Zootecnia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), parabenizando os recém-formados e em especial à Zootecnista Luciane Bockor, que foi a melhor da turma.

Quem nos deixou...

É com pesar que informamos o falecimento do médico veterinário Juarez Moreira Silva. O profissional, que estava com 56 anos, trabalhava na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) de Rolândia.

Transparência

O CRMV-PR está modernizando sua frota de veículos. Em agosto, adquiriu por intermédio de um processo licitatório, vencido pela Renault do Brasil, dois novos carros modelo Clio Expression 2006/2007, FLEX, 1.6 e 16V. Um investimento de R\$ 71.454,00. Os veículos foram entregues para as delegacias de Ponta Grossa e Maringá. Em contrapartida, a Autarquia Federal leilou, em 19 de outubro, os dois automóveis modelo Gol 1997 1.6 por R\$ 21.100,00, ambos adquiridos por pessoas físicas.



Anderson Pratis

CRMV-PR autua 52 municípios

A Seção de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) notificou, em 2006, 52 municípios das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Estado por não apresentarem médico veterinário responsável pelo Programa de Inseminação Artificial (PIA) ou pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). As atividades estavam sendo realizadas apenas por inspetores de nível médio sem a supervisão de um médico veterinário. Conforme estabelece a Lei 5.517/1968, a responsabilidade sobre o Serviço de Inspeção Oficial e Programa de Inseminação Artificial é do médico veterinário.

Novo canal de comunicação

Interessados em entrar em contato com a Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal podem escrever um e-mail para czbea@crm-v-pr.org.br. O caixa postal eletrônico servirá como um veículo de comunicação entre profissionais/comissão em relação a questões inerentes à área de atuação da comissão. Os profissionais podem encaminhar dúvidas ou sugestão de assuntos para que a Comissão debata entre os seus membros.

No ano de 2000, a Universidade de Bristol, na Inglaterra, desenvolveu um material para a aplicação da ciência de Bem-Estar Animal nas faculdades. Este material para a docência foi adaptado à língua portuguesa e chegou ao Brasil em 2002. Para que os profissionais que fossem aplicar a disciplina tivessem preparo, a Universidade promoveu o curso sobre "Conceitos em Bem-Estar Animal", com duração de três dias. O curso já teve oito edições e foi ministrado para mais de 300 docentes.

As informações são da médica veterinária Carla Forte Maiolino Molento, durante o I Congresso Internacional de Conceitos em Bem-Estar Animal - Teoria, Docência, Aplicação, que aconteceu de 16 a 18 de outubro no Rio de Janeiro. Além da médica veterinária, que é integrante da Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) e chefe do Laboratório de Bem-Estar Animal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o evento contou com a presença



Gabriela Sguarizi

O novo sistema vai facilitar o pagamento.

O sistema de cobrança de anuidades de pessoas físicas e jurídicas mudou. A partir de 2007, os profissionais e empresas receberão na primeira quinzena de janeiro um carnê de pagamento. Ele já conterà os boletos bancários para o pagamento integral em 31 de janeiro com desconto de 10%, para pagamento integral em 31 de março e os três boletos para o parcelamento em três vezes (jan/fev/mar).

Outra novidade é o que valor das anuidades sofreu um reajuste de 3,27%,

conforme disposto na Resolução 845/2006, do Conselho Federal de Medicina Veterinária. A resolução fixou para pessoa física o valor de R\$ 237,00. Para pessoa jurídica, como a anuidade é baseada no capital social, os valores são:

- Classe I - R\$ 365,00
- Classe II - R\$ 533,00
- Classe III - R\$ 688,00
- Classe IV - R\$ 798,00
- Classe V - R\$ 1.024,00
- Classe VI - R\$ 1.233,00
- Classe VII - R\$ 1.539,00

Congresso no RJ discute docência em Bem-Estar Animal

de especialistas dos Estados Unidos, Canadá, México, Inglaterra e Colômbia.

O evento fomentou a discussão e teve um espaço reservado para uma mesa redonda sobre o futuro da docência em Bem-Estar Animal no Brasil. O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), Masaru Sugai, e outros sete presidentes de Conselhos Regionais participaram do debate. Sugai ressaltou a importância da presença do Paraná no evento, colocando que a Autarquia foi a primeira do Brasil a criar a Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal e que a atuação da Comissão serve de exemplo para as entidades dos outros Estados. Sugai ainda colocou que, além de se discutir sobre Bem-Estar Animal nas clínicas, é essencial agregar esta ciência à toda a cadeia de produção animal. Para o presidente do CRMV-PR, o Bem-Estar Animal deve estar presente em todas as áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia e não ser visto separadamente. ●

Comissão realiza 4ª edição de seminário

Gabriela Sguarizi



O evento reuniu coordenadores de todo o estado.

A Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária, do CRMV-PR, reuniu os coordenadores de graduação em Medicina Veterinária das Instituições de Ensino do Estado, nos dias 9 e 10 de novembro, no Hotel Paraná Suíte, em Curitiba, para participarem do VI Seminário de Ensino da Medicina Veterinária.

O seminário trouxe o propósito de debater o ensino do bem-estar animal nas instituições, tema abordado pela professora da UFPR, Carla Forte Maiolino Molento; o amparo legal na prática de ensino e experimentação animal, com o palestrante Julio Augusto Naylor Lisboa; a reforma universitária com enfoque na educação continuada, com Orlando Pilati; o animal no ensino e na experimentação: mitos e verdades, com Ney Luiz Pippi; e grandes empresas: do estagiário ao profissional, com Jefferson Alberto Prestes. Ao final do evento, foi realizada uma mesa redonda sobre educação continuada com o presidentes do Sindivet-PR, Cezar Amin Pasqualin; da SPrMV, Paulo Alfredo Miranda; da Anclivepa-PR, Jorge Luiz Schemiko; e da Acapameve, Sylvio Degasperi.

A Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária é formada por Ítalo Minardi (presidente), Nilva Maria Freres Mascarenhas, Edson de Azevedo Ribeiro, Waldir Hamann, Rodrigo Távora Mira, Ricardo Coelho Lehmkuhl, Luiz Paulo Rigolon e José Francisco Ghignatti Warth. ●

Equipamento verifica nível de contaminação em 20''



Gabriela Sguarizi

Palmilhas para cavalos previne patologias osteoarticulares

Das patologias osteoarticulares dos cavalos, aproximadamente 60% são causadas pelo impacto. Em alguns casos, quando o problema de articulação evolui, o animal chega a ser sacrificado. Para evitar este quadro e proporcionar mais conforto para o cavalo, médicos veterinários paranaenses em conjunto com engenheiros químicos e mecânicos desenvolveram a palmilha ESE - Equestrian Shock Eliminator. A marca oferece palmilhas nos tamanhos P, M e G. As palmilhas são feitas por um composto de silicone e servem para reverter o impacto em impulso.

As palmilhas são indicadas para cavalos de competição, que saltam e participam de corridas. A manutenção deve ser mensal ou bimensal. O material de silicone é colocado junto à ferradura e fixado ao casco do cavalo. Além da palmilha convencional, a ESE oferece o Expansor, que atua na expansão do diâmetro do casco nos casos de atrofia.

Mais informações: www.palmilhaese.com.br.



Estabelecimentos como hospitais, clínicas cirúrgicas, consultórios, indústrias de alimentos, entre outros, precisam manter seus ambientes limpos e livres de contaminação e realizar testes para verificar se o nível de higiene do local está satisfatório. Para facilitar a realização destes testes e otimizar o tempo de divulgação dos resultados, a empresa norte-americana Higiene criou um aparelho chamado System Sure II. O equipamento funciona com um sistema de mensuração de Adenosina Trifosfato (ATP) e vem acompanhado de 100 snapshots (swabs), dispositivos utilizados para a coleta do material a ser analisado. Depois de realizada a coleta, o snapshot é encaixado no aparelho, que inicia a leitura do material. O System Sure II não identifica os materiais encontrados, mas sinaliza a quantidade de produtos orgânicos à base de ATP existentes em apenas 20 segundos. O equipamento também possui o Data Sure II, um software que recebe os resultados verificados pelo System Sure II e possibilita a produção de gráficos de tendências e relatórios, a administração dos resultados e exportação de informações para o Microsoft Excel. O equipamento custa R\$ 5.000,00 e é portátil. Mais informações: www.higiene.net, ou entre em contato com o representante do produto pelo telefone (41) 3606-0950. ●

Anuidade 2007 será entregue em janeiro

Gabriela Sguarizi



A atualização cadastral é uma prerrogativa do profissional/empresa.

Na primeira semana de janeiro serão enviados os boletos bancários referentes à anuidade de 2007 para todas as pessoas físicas e jurídicas inscritas no CRMV-PR. É por isso que os profissionais e empresas devem ficar atentos se seus endereços estão atualizados no cadastro do Conselho, pois se o pagamento não for efetuado poderão ser inscritos em dívida ativa e, conseqüentemente, ser proposta execução fiscal na esfera judicial para cobrança dos débitos.

“Caso o débito seja distribuído em dívida ativa, o inadimplente é responsável pelo pagamento do valor corrigido, pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios”, ressalta Lucinéia Mary de Oliveira, da Assessoria Jurídica (Ajur). A funcionária do CRMV-PR explica que em cidades de maior porte, onde existe a Justiça Federal, o valor das custas processuais (taxas de cartório) é mais baixo, 1% do valor da causa. Já quando este tipo de ação ocorre em cidades pequenas, na Justiça Estadual, o custo processual é aproximadamente R\$ 300,00.

Para evitar que esse tipo de situação ocorra, o Conselho vem avisando sobre a importância de manter o cadastro atualizado. A atualização cadastral é uma prerrogativa do profissional, conforme determina a Resolução do CFMV 680/2000 e o Código de Ética Profissional. Caso você não receba o boleto, entre em contato com a Seção de Registro de Empresa (SRE) ou com a Seção de Registro Profissional

(SRP) para atualizar seus dados e solicitar a segunda via da anuidade 2007.

Uma história no mínimo inusitada sobre dívida ativa é da profissional Maria Souza (*). “O CRMV-PR tinha mais de 13 processos distribuídos, pois desde 1987 ela não pagava a anuidade. Encaminhamos ofícios para cartórios, Detran e outros órgãos solicitando informações sobre a Maria, pois não a encontrávamos em lugar algum. Por intermédio de um convênio que o CFMV tem com a Receita Federal, conseguimos descobrir um e-mail. Escrevemos uma mensagem e a enviamos numa sexta-feira pedindo que ela entrasse em contato conosco urgentemente. Na segunda-feira, pela manhã, recebemos uma ligação da Maria dizendo que havia se mudado para o Rio de Janeiro e virado freira há mais de 20 anos. Ela ficou desesperada pois havia feito voto de pobreza e não tinha como pagar a dívida. Aí, nós a orientamos que nos encaminhasse um documento contando toda a história para darmos início a um processo administrativo de cancelamento de inscrição. Recebemos inclusive uma carta do Arcebispo do Rio de Janeiro confirmando que Maria era mesmo freira”, conta Carla Serra, da Ajur.

Além de mudança de endereço, sempre é importante informar o CRMV-PR sobre o fechamento de empresas. “É muito comum acontecer de empresas fecharem e não avisarem o Conselho, porém o sistema continua gerando a dívida”, fala Marli

Richardz Pauli, responsável pela Seção de Registro de Empresas. Para cancelar a inscrição de uma pessoa jurídica no CRMV-PR basta encaminhar um requerimento (modelo disponível no site) informando o fechamento. Documentos comprobatórios de baixa de empresa também podem ser anexados ao processo. Marli conta que “depois de aberto o processo administrativo ocorrerá a visita do fiscal ao local para constatar o fechamento”.

Em relação ao cancelamento de inscrição de pessoa física, “o profissional deverá encaminhar requerimento ao presidente do Conselho especificando os motivos do cancelamento, juntando uma declaração que não exerce e não exercerá as atividades profissionais durante o período de cancelamento e a cédula de identidade profissional”, diz a Kelly Christina Misiak, responsável pela Seção de Registro Profissional. De acordo com a Resolução 680/2000, o cancelamento da inscrição somente será concedido ao profissional que não esteja respondendo a processo ético-disciplinar, nem cumprindo pena de natureza ético-profissional e esteja em dia com as anuidades.

Levando em consideração apenas a anuidade de 2006, a inadimplência no CRMV-PR chega a 26,14% de pessoas jurídicas e 14,15% de pessoas físicas.

Pagamento proporcional

A Resolução 680/2000 também estabelece que as pessoas físicas e jurídicas que solicitarem o cancelamento de inscrição junto ao CRMV até o dia 31 de março poderão pagar a anuidade proporcional. A partir de 1º de abril, o pagamento da anuidade será integral. Ou seja, se a solicitação for encaminhada até 31 de janeiro, o requerente pagará 1/12 da anuidade; até 28 de fevereiro, pagará 2/12 e até 31 de março pagará 3/12 da anuidade do exercício. ●

* Nome fictício para preservar a identidade da profissional.

Gabriela Sguarizi

Fontes consultadas:
Carla Serra
Kelly Christina Misiak
Lucinéia Mary de Oliveira
Marli Richardz Pauli

1º Encontro Paranaense de Produção Animal na Agroecologia

Gabriela Sguarzi



Os membros da mesa falaram sobre a importância da Agroecologia.

Com mais de 140 participantes, o 1º Encontro Paranaense de Produção Animal na Agroecologia foi considerado pelos organizadores como um sucesso. Nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, em Pinhais, os profissionais das ciências agrárias, biológicas e da saúde colocaram em pauta formas de produção sem agredir a

natureza, oferecendo bem-estar aos animais e às pessoas que trabalham na atividade.

Na programação técnica constaram palestras sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Visão Ecológica na Produção Animal; Controle Homeopático da Mastite; Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Chinesa, Biodinâmica e Agricultura Natural; Medicina Tradicional Chinesa no Tratamento de Ruminantes; O Uso de Técnicas Agroecológicas na Produção em Escala; Manejo e Pastagem para uma Produção Ecológica; O Uso de Fitoterápicos na Sanidade de Ruminantes e Legislação e Certificação da Produção Orgânica de Origem Animal e suas Relações com a Medicina Veterinária.

O 1º Encontro Paranaense de Produção Animal na Agroecologia foi uma promoção do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), da Emater-PR, da Secretaria de Estado da Agricultura, da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), do Centro Brasileiro de Homeopatia Veterinária (CBHV), da Associação Médica Veterinária Homeopática do Paraná (AMVHP) e da Associação Paranaense de Buiatria. ●

Sindivet-PR Parceiro da Qualificação Profissional

Cezar Amin Pasqualin

Em um mundo de constantes mudanças com ações no presente e olhar no futuro, a diretoria do Sindivet-PR cria parcerias com diversas instituições para o desenvolvimento de cursos voltados ao aprimoramento profissional, prioritariamente aos profissionais da área da Medicina Veterinária e empresários, inicialmente para o setor de carne e leite.

Nasce um Programa de Qualificação Profissional, coordenado pelo Sindivet-PR, com atuação conjunta do CRMV-PR, Núcleos dos Médicos Veterinários do Sudoeste, Delegacias Regionais do CRMV-PR, Prefeituras Municipais de Pato Branco, Clevelândia, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu; SEAB, SIP, EMATER e outras organizações regionais.

O Programa foi implantado em julho de 2006 e é considerado nesta primeira etapa como um projeto piloto, avaliando-se junto aos participantes e efetuando-se as correções necessárias.

Solicitamos a compreensão dos nossos colegas das diferentes regiões do Estado que nos têm solicitado cursos, mas no momento ainda estamos operando em caráter experimental, para na seqüência implantar um consistente programa.

Foram realizados nestes três primeiros meses de execução do Programa quatro cursos para aproximadamente 195 participantes, sendo dois na área de carnes em Pato Branco e Francisco Beltrão; um sobre o

setor da industrialização de produtos lácteos em Clevelândia, com o efetivo apoio do Colégio Agrícola Assis Brasil, que nos cedeu suas instalações e apoio logístico para a realização; e o outro em Foz do Iguaçu com o tema “1ª Reciclagem Profissional em Ovinos da Região Oeste do Paraná”. Cada curso tem a carga horária de 16h, com aulas teóricas e práticas. Os participantes atuam como responsáveis técnicos, na inspeção de estabelecimentos industriais (carne e leite) ou são pequenos e médios empresários do setor.

Contamos também em alguns módulos com a participação de outros profissionais, tais como: zootecnistas, engenheiros agrônomos, administradores e técnicos agrícolas.

Qualificar para melhorar competências e habilidades, modernizar os procedimentos, contribuir para o saber fazer e ser são objetivos da gestão que conduz o Sindivet-PR. Um dos nossos valores, enquanto Sindivet-PR e parceiros do programa, é o da crença no desenvolvimento da sociedade pelo crescimento individual de seus participantes.

Esperamos as contribuições dos nossos colegas visando a melhoria do processo de capacitação que ora se inicia, pois o mesmo é entendido por todos nós como uma grande necessidade para o crescente avanço dos conhecimentos profissionais. ●

É a dignidade do ser humano a ser alcançado pelo conhecimento.

Liminar suspende exigência de aprovação no ENCP

Em cumprimento ao Ofício nº 1404/06, expedido pelo MM. Juiz Federal da 15ª Vara Federal de São Paulo/SP, que informou sobre a existência de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra o CFMV, bem como do deferimento de medida liminar que determinou que o ENCP não fosse exigido pelo CFMV como requisito para inscrição do profissional no Sistema CFMV/CRMVs, o CRMV/PR não está mais exigindo a apresentação de comprovante de aprovação no Exame para aquele ato.

Curso em 2007 aborda empreendedorismo rural

“Queremos desenvolver competências empreendedoras e preparar líderes para ações sociais, políticas e econômicas sustentáveis no agronegócio paranaense”. A afirmação é do coordenador operacional do Programa Empreendedor Rural (PER), Elcio Chagas da Silva, ao apresentar as estratégias do programa do novo curso de empreendedorismo voltado aos profissionais das ciências agrárias. A reunião aconteceu dia 21 de novembro, na sede do Senar-PR, em Curitiba, e participaram representantes do CRMV-PR, do CREA-PR, do Sindivet-PR, do SinzooPar, do Banco do Brasil, além dos supervisores do Senar-PR.

O PER é uma iniciativa do Senar-PR, da Faep, do Sebrae-PR e da Fetaep que começou em 2003 para preparar agentes de desenvolvimento econômico, social e político no meio rural com capacidade de atuar positivamente na transformação da sociedade paranaense. Até hoje o programa formou mais de 10 mil produtores rurais e vem colhendo bons resultados.

Agora, por intermédio de uma parceria das entidades de classe da Medicina Veterinária, da Zootecnia e da Agronomia com as instituições promotoras do Programa Empreendedor Rural, será ofertado a partir de março de 2007 o curso em dez regionais do Estado com foco nestes profissionais. “A idéia é fazer com que os profissionais tenham uma visão diferenciada do agronegócio”, lembra Elcio.

O Curso

Com duração de quatro meses, o curso é gratuito e será ministrado por supervisores do Senar-PR nas regionais Leste, Campos Gerais, Norte Pioneiro, Norte, Noroeste, Entre Rios, Centro, Centro Sul, Sudoeste e Oeste. O conteúdo está dividido em 13 módulos presenciais, realizados em encontros semanais. Ao total serão ofertadas 250 vagas, sendo 25 alunos em cada turma. “As turmas são formadas por profissionais das diversas áreas das ciências agrárias e isso é muito bom,

pois fomenta a discussão”, explica o coordenador.

Conteúdo

No programa de aprendizagem constam módulos que abordam o desenvolvimento de competências pessoais; especificidades do setor agropecuário, instituições da agropecuária, planejamento estratégico operacional, globalização e política agrícola, cadeias agroindustriais, estratégias de comercialização e financiamento da produção, desenvolvimento de competências interpessoais e grupais, gestão ambiental e matriz de estrutura lógica, orçamentação e fluxos de caixa, matemática financeira e análise de investimento e, por fim, o empreendedor e o seu papel social. Além da visão empresarial do agronegócio, o objetivo com esse conteúdo é fazer que ao final do curso o profissional esteja apto a elaborar um projeto, analisando o mercado para verificar se viável ou não a sua implantação.

O público-alvo do curso é o recém-formado em ciências agrárias, mas profis-

sionais com mais experiência também poderão participar. Segundo Elcio, “a única exigência, porém, é que todos os profissionais devem estar ligados ao agronegócio paranaense”.

Interessados em participar do curso devem fazer a pré-inscrição (encartada na revista). Para mais informações, entre em contato com o delegado do CRMV-PR da sua região.

O curso é realização do Senar-PR, da Faep, do Sebrae-PR e da Fetaep, em parceria com o CRMV-PR, Sindicato de Médicos Veterinários do Paraná (Sindivet-PR), Sindicato dos Zootecnistas do Paraná (SinzooPar), CREA-PR, Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) e Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (FAEA-PR). ●

Gabriela Sguarizi

Fonte consultada:
Elcio Chagas da Silva



Delegados do CRMVPR participaram da reunião.

Gabriela Sguarizi

AMVET-LD comemora três anos com churrasco

A Associação dos Médicos Veterinários de Londrina e Região (AMVET-LD) comemorou com um churrasco o aniversário de três anos, no último dia 24 de novembro. O evento, que aconteceu na Churrasqueira do Ministério da Agricultura, no Condomínio Palácio do Café (UTRA/Londrina), também teve como objetivo confraternizar os profissionais e parentes pela chegada do final do ano.

Hotéis para animais de companhia

Rob Waterhouse



Carlos Leandro Henemann,
méd. vet., secretário-geral do CRMV-PR e presidente da Comissão Editorial.
Ricardo A. Franco Simon,
méd. vet., assessor técnico do CRMV-PR.

Final de ano é época de férias e descanso, mas é também um período de preocupação para muitos proprietários de animais de companhia. Uma opção para quem não quer ou não pode levar o animal em viagens é deixá-los em hotéis especializados.

O grande problema enfrentado pelos hotéis para animais é ofertar o mesmo grau de conforto ao qual o animal está acostumado. Quando falamos de grau de conforto devemos lembrar que uma boa parcela de nossos pacientes, dormem no quarto ou mesmo na cama dos seus proprietários, alguns são alimentados na boca diretamente pela mão do dono. Por melhor que seja o estabelecimento jamais chegará perto deste conforto onde vive o animal, sem contar que estará sem a presença das pessoas que ele mais ama. É importante lembrar que os animais não têm noção de tempo, isto é, não sabem que em dois ou três dias (ou meses) a sua vida voltará ao normal. O que importa para eles é o bem-estar presente. Eles podem até habituar-se às ausências, mas para isso devem ser treinados, evitando problemas como uma simples depressão até danos

mais complexos como cistite, colite, gastrite e problemas dermatológicos.

Salvo raras exceções, normalmente os pacientes que ficam hospedados não ficam bem com ninguém, nem mesmo com familiares, sendo sensíveis e temperamentais. Desta forma, são cães ou gatos que fatalmente trarão bastante trabalho e responsabilidade ao empresário do ramo e ao seu responsável técnico.

A supervisão veterinária é fundamental nestes estabelecimentos e a recomendação do CRMV-PR é a de seguir as orientações contidas no Manual de Orientação e Procedimentos do Responsável Técnico, encontrado no site do CRMV-PR para download.

Há vários processos ético-disciplinares e processos judiciais envolvendo empresários, médicos veterinários e clientes devido aos animais que adoecem em hotéis porque deixam de se alimentar (entram em quadro de desnutrição), automutilação (dermatites por lambedura de ordem psicogênica), gastroenterites, crises de diabetes, fecalomas (por ingestão de roupas e cobertores), ferimentos e até mortes ocasionadas por brigas estão muitas vezes presentes, mas potencialmente desencadeadas por quadros agudos de estresse.

No desempenho da responsabilidade técnica, o médico veterinário deverá cumprir carga horária de no mínimo seis horas semanais, desempenhando algumas atividades constantes no Manual de Orientação e Procedimentos do RT:

- a) Garantir que todos os animais hospedados estejam acompanhados dos atestados de vacinação e vermifugação fornecidos por médicos veterinários;
- b) Implementar medidas que impliquem na adequada contenção dos animais hospedados por meios químicos (sedação, tranquilização) e/ou físicos;
- c) Assegurar medidas profiláticas dos animais e higiene das instalações;
- d) De modo geral o RT deve interferir no sentido de solucionar irregularidades que constatar, observando rigorosamente a conduta ética;
- e) Não admitir a emissão de carteira de vacinação no estabelecimento (sob pena de cumplicidade com ilícito penal) exceto quando dispuser de ambulatório sob responsabilidade de médico veterinário, conforme Resolução CFMV nº 70/2000;
- f) Orientar o empresário e funcionários que o atendimento clínico, vacinação/ou prescrição de medicamentos no interior do estabelecimento é terminantemente proibido e que somente é possível, desde que o estabelecimento disponha de ambulatório, com instalação própria de uso exclusivo aos animais internos ou da própria instituição, de acordo com a Resolução nº 670/2000 - CFMV. Tais atividades e o tempo destinado a elas não são inerentes à Responsabilidade Técnica, devendo o Profissional ser remunerado pelas mesmas, respeitando a tabela de honorários mínimos da região ou o mínimo profissional, independente da remuneração recebida como RT;
- g) Observar que o não-atendimento ao mencionado no item anterior ensejará instauração de processo ético-profissional contra o RT, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

É importante ressaltar que o proprietário pode e deve consultar o órgão de saúde pública competente para verificar se o estabelecimento possui licença sanitária e alvará de funcionamento, bem como o CRMV, para informar se o mesmo possui registro e médico veterinário responsável técnico. ●

Nova diretoria da SRP quer envolver o associado

Formado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1985, com especialização em Administração Rural na Fundação Getúlio Vargas (FGV), o pecuarista e empresário Alexandre Lopes Kireeff é o novo presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP). Empreendedor, Alexandre já foi presidente da Associação dos Neloristas do Paraná e a ida para a SRP, diz ele, “foi oriunda de um convite dos associados em virtude do trabalho que desenvolvemos na associação. Conseguimos mobilizar e motivar os associados a participar, quando nós delegamos a eles o poder de decidir, criando a possibilidade de tomar decisões. Acho que em função disso acabou gerando a expectativa dos associados da Sociedade Rural do Paraná”. A posse da nova diretoria da SRP foi realizada em junho.

Divididos na Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Técnico, ao total são 38 membros, dos quais sete são médicos veterinários, administrando a Sociedade durante o biênio 2006/2008. Segundo Alexandre, “a proposta é o envolvimento do associado, pois a entidade tem que ter na verdade como princípio básico atender o seu associado, promover ações em benefício destes associados”.

Atualmente, estão ligados à Sociedade Rural do Paraná 1,3 mil produtores “com sócios de Foz do Iguaçu a Jacarezinho, de Curitiba a Nova Londrina”, salienta o presidente. Conforme informações da SRP, do quadro de sócios, cerca de 80% são de Londrina, e os demais de diversas regiões do Estado, além de representantes de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Goiás.

Dentre as atividades da Sociedade, é importante destacar as ações para valorizar o produto paranaense. “Estamos desenvolvendo programas em parceria com o Sindicame e a Apras, que pretendem qualificar a carne paranaense e identificá-la até o varejo, desde a produção, passando pela indústria e chegando à disponibilização do produto ao consumidor.” Outra iniciativa é a realização da EXPO

2007 - 47ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. O tradicional evento será realizado de 5 a 15 de abril, com expectativa de atrair mais de um milhão de visitantes. Estão programados cerca de 100 eventos técnicos e práticos, lançamentos de máquinas, implementos e equipamentos e a 1ª Expo Feira Digital - espaço para as novidades do setor digital.

“O cenário da pecuária paranaense é melhor do que nós tivemos no ano passado e todas as previsões que fizemos em função da ocorrência da febre aftosa, paulatinamente estão sendo superadas”, afirma o médico veterinário.

Defesa Sanitária

A defesa sanitária brasileira tem sido alvo de muitas discussões, principalmente depois do caso da febre aftosa. Na opinião de Alexandre, “a impressão que nos passa é a de que nós devemos criar algum mecanismo de proteção para as estruturas de defesa sanitária em relação à interferência política. Porque qualificação profissional não tenho a menor dúvida que nós temos. O quadro é muito qualificado. Mas, de fato a tecnificação absoluta desse setor da economia é fundamental, é importante, um passo adiante. Essa observação não é uma crítica. É o fortaleci-

mento da questão técnica sobre a política. Isso é a evolução natural de uma sociedade que vem a cada dia se tornando mais democrática. Então aquele poder político, até autoritário, paulatinamente vai deixando espaço para questões técnicas nos quadros funcionais tomarem o poder, exercerem o poder legitimamente. No meu entendimento isso é gradativo e essencial”.

Capacitação

Questionado sobre a formação do profissional médico veterinário, Kireeff disse “quanto mais investirmos no nosso próprio conhecimento, na ampliação dos nossos conhecimentos, fortaleceremos o nosso crescimento como indivíduos e a nossa amplitude de atuação. Nós temos um entendimento claro de que o profissional em Medicina Veterinária tem uma amplitude de atuação imensa e nós devemos ocupá-la, porque, mais de um benefício para nós mesmos, estaremos promovendo um benefício para a sociedade em geral; possibilitando a produção de alimentos de uma maneira mais segura, mais barata e mais responsável”.

Gabriela Sguarizi



O pecuarista e empresário Alexandre Lopes Kireeff é o novo presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP).

Laticínios: Responsabilidade Técnica e Registro

A Constituição Brasileira estabelece que é obrigação do Estado garantir saúde aos seus cidadãos. Zelar pela saúde é também cuidar para que sejam oferecidos à população alimentos com qualidade. “50% é responsabilidade da indústria e 50% do Estado. Então toda essa produção tem que ser controlada. Isso é o que a Lei 7889/1989 estabelece. Ninguém pode produzir e transportar produtos de origem animal sem inspeção. A responsabilidade da indústria é oferecer um produto com o maior nível de garantia possível. Do estado é garantir que o produto que a empresa está prometendo que vai fazer está fazendo. Os serviços de inspeção (SIF, SIP e SIM) têm o objetivo de garantir ao consumidor que aquilo pode ser consumido. Atestar e certificar que aquele produto oferece condições de consumo. Esta é a função da inspeção”, afirma o médico veterinário e fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Carlos Roberto Conti Naumann.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro semestre de 2006, foram adquiridos em todo o País pelas indústrias processadoras de leite mais de 8,09 bilhões de litros de leite. Já de acordo com as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa-PR), foram comercializadas apenas em Curitiba no ano de 2005 mais de 820 toneladas de leite.

Estes dados demonstram como o leite e os seus derivados estão presentes na

mesa do brasileiro. E por isso a preocupação em mantê-lo um produto de qualidade. Seguindo esta linha, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná está lutando pela permanência do profissional médico veterinário na função de responsáveis técnicos de laticínios. “De todas as profissões que existem hoje correlatas à Medicina Veterinária, ele é o técnico que oferece as maiores e melhores condições para poder fazer com que aquele produto chegue à mesa do consumidor com a maior segurança possível. Então, a função do médico veterinário é garantir totais condições para que este produto possa ser consumido sem oferecer riscos à saúde de ninguém. Como ele sabe das condições de saúde do animal, das condições higiênicas do animal, das condições higiênicas para a obtenção deste produto, da condição de conservação deste produto na propriedade, do transporte até a recepção deste produto na indústria”, conta Conti.

A questão do registro dos laticínios em conselhos de classe é um assunto que está sendo debatido na esfera judicial há alguns anos. Ocorre que o Conselho de Química vem multando laticínios sob a alegação de que estes estabelecimentos devem ser registrados nos CRQs e, portanto, ter como responsáveis técnicos químicos. No entanto, as últimas decisões judiciais apontam o contrário, que o registro deve permanecer nos CRMVs em virtude da atividade básica dos estabelecimentos: fabricar produtos de origem animal.

“É uma questão de saúde pública! É a garantia de que o consumidor tem de que o médico veterinário está inserido na cadeia produtiva. Como ele sabe de todo o processo, desde o momento em que o animal nasce e começa a produzir. Então, ninguém melhor que o médico veterinário para dizer que aquele produto tem condições de consumo ou não”, ressalta Conti.

O Conselho de Química alega que são utilizados produtos químicos no processo de industrialização e este é o motivo pelo qual os químicos devem ser os RTs. A etapa em que são utilizados os reagentes químicos é na recepção do leite na indústria para verificar a qualidade do produto adquirido. Neste processo avalia-se se o leite foi fraudado e se tem condições de consumo.

De acordo com o doutor em Engenharia Industrial, José Maurício França, e também professor de Tecnologia e Inspeção de Alimentos da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), “a análise geralmente é feita por um laboratorista. No entanto, o juízo e a tomada de decisão daquele resultado comparado com o que a legislação estipula para o leite. Essa tomada de decisão é outorgada pelo veterinário, ou seja, a lei estabelece que o veterinário dê o juízo sobre esse produto. É no mínimo temeroso que o químico reivindique isso, porque a formação dele permite que ele analise o material e não que tenha condição de



Indústria de Laticínios

Estabelecimentos que industrializam, manipulam, beneficiam e/ou embalam produtos ou derivados do leite.

Classificam-se em:

- Usinas de beneficiamento de leite;
- Fábricas de laticínios;
- Postos de resfriamento.

Quando no desempenho de suas funções técnicas, o Responsável Técnico (RT) deve:

- Orientar a empresa na aquisição de matéria-prima de boa qualidade e boa procedência;
- Orientar a empresa quando da aquisição de aditivos, embalagens e desinfetantes aprovados e registrados pelos órgãos competentes;
- Orientar quanto às condições de higiene das instalações, equipamentos e do pessoal;
- Promover treinamento e formação de pessoal envolvido nas operações de transporte, manipulação, embalagem, armazenamento e transporte dos produtos;
- Facilitar a operacionalização da inspeção higiênico-sanitária e garantir a execução dos exames laboratoriais;
- Orientar quanto ao emprego adequado de aditivos, conservantes, sanitizantes e desinfetantes nos processos industriais;
- Implantar programa de controle e/ou combate de insetos e roedores;
- Recomendar cuidados higiênicos necessários na produção de matéria-prima;
- Ter conhecimento a respeito dos aspectos técnicos e legais a que estão sujeitos os estabelecimentos, especialmente quanto aos Regulamentos e Normas específicas (...);
- Identificar e orientar sobre os principais pontos críticos de contaminação dos produtos e do ambiente;
- Orientar sobre a importância das condições técnicas do laboratório de controle de qualidade, quanto a equipamentos, pessoal, reagentes e técnicas analíticas;
- Exigir rigoroso cumprimento dos memoriais descritos quando da elaboração de um produto.

Fonte: Manual de Orientação e Procedimentos do Responsável Técnico / CRMV-PR.

definir juízo”. França continua ressaltando que “muitas vezes o químico fez uma determinada análise ou o laboratorista e ele não sabe das condições do veículo, ele não sabe que horário que chegou o leite, como é que foi feita a tomada de amostra. Ele analisou o material, mas e as outras variantes que envolvem a interpretação do laudo? O laudo é suporte para a tomada de decisão, por si só ele não vai designar o que vai ser feito. Acho que essa é a grande diferença da formação médico veterinário”.

“A Medicina Veterinária ensina desde o comportamento animal, passa na anatomia, passa na fisiologia, passa nas doenças infecciosas e demais problemas microbiológicos. Então, o médico veterinário recebe toda esta carga de informações que são diretamente ligadas não só ao animal como ao produto”, salienta o Conti. Na grade curricular dos cursos de graduação em Medicina Veterinária as disciplinas de Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Anatomia, Doenças Infecciosas, Patologia, Epidemiologia, Vigilância Sanitária e Higiene

de Alimentos, Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Zoonoses e Inspeção dos Produtos de Origem Animal são obrigatórias. Todas elas em conjunto vão oferecer condições para que os médicos veterinários desenvolvam atividades bem-sucedidas junto às empresas de processamento de produtos de origem animal.

O RT médico veterinário estabelece em seu plano de ação a maneira adequada da obtenção do leite, dizendo as condições higiênicas do animal, a saúde e a obtenção como se deve ordenhar higienicamente. Além disso, é responsável pelo treinamento dos funcionários para trabalhar com alimentos; faz a interface com a inspeção oficial; organiza programas de limpeza e higienização; monitora a eficiência e a eficácia da limpeza industrial; deve conhecer o Padrão de Identidade e Qualidade dos laticínios e derivados para ver se o produto está em conformidade com a legislação; ter noção da distribuição, tipo de veículo que vai transportar esse produto; conhecer noções de rotulagem, composição nutricional e centesimal; e conhecer a documentação

necessária na área de processamento industrial, entre outros.

Usina de Leite

O docente José Maurício adianta que 2007 será inaugurada na Fazenda-Escola da Universidade Federal do Paraná (UFPR) a Usina Piloto, que terá como propósito atender o ensino na fabricação de laticínios e derivados e também treinar pessoas para trabalhar em usinas, qualificando a mão-de-obra. “Eu participo junto à UFPR de um projeto de extensão universitária que foi desenvolvido no Departamento de Medicina Veterinária, sob a responsabilidade do professor Deoci França”, explica ele, dizendo que “também haverá a formação ou a modulação de cursos lato sensu em produção e tecnologia do leite focado no processamento industrial”. ●

Gabriela Sguarizi

Fontes consultadas:
Carlos Roberto Conti Naumann
José Maurício França

A necessidade técnica, sanitária e legal dos laticínios possuírem RT e registro no CRMV-PR

Dominic Morel



**Carlos Douglas Reinhardt Jr e
Leonardo Zagonel Serafini,
ass. jurídicos CRMV-PR**

No tocante ao aspecto legal, referente às atividades típicas do responsável técnico Médico Veterinário pertinente nos laticínios, estão as mesmas previstas nos artigos 5º e 6º da Lei Federal 5.517/1968 (que dispõem sobre o âmbito de competência privativa do Médico Veterinário):

Art 5º É da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:

e) a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais e, sempre que possível, dos comerciais ou de finalidades recreativas, desportivas ou de proteção onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou

para qualquer outro fim animais ou produtos de sua origem.

f) a inspeção e a fiscalização sob o ponto de vista sanitário, higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conserva de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empreguem produtos de origem animal, usinas e fábrica de laticínios, entrepostos de carne, leite, peixe, ovos, mel, cera e demais derivados da indústria pecuária e, de um modo geral, quando possível, de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização.

Art 6º Constitui, ainda, competência do médico veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares, relacionadas com:

b) o estudo e a aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis aos homens.

Com relação às pessoas jurídicas que exercem atividades relacionadas à área de laticínios, são elas obrigadas a possuírem registro nos quadros do Conselho Regional de Medicina Veterinária por imposição legal, senão vejamos o que disciplina a Lei Federal 5.517/68 em seu artigo 27, caput e parágrafo primeiro, bem como pelo que disciplina o artigo 9º do Decreto 64704 (que regulamenta a profissão de Médico Veterinário) in verbis:

Art 27. As firmas, associações, companhias, empresas de economia mista e outras que exercem atividades peculiares à Medicina Veterinária previstas pelos arts. 5º e 6º da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, estão obrigadas a registro nos Conselhos de Medicina Veterinária das regiões onde funcionarem.

Parágrafo Primeiro - As entidades indicadas neste artigo pagarão aos Conselhos de Medicina Veterinária onde se registrarem, taxa de inscrição e anuidade.

Art. 9º As firmas, associações, sociedades, companhias, cooperativas, empresas de economia mista e outras cuja atividade requer a participação de médico veterinário, estão obrigadas ao registro nos Conselhos de Medicina Veterinária das regiões onde se localizarem.

Neste sentido, os laticínios enquadram-se perfeitamente no mandamento da Lei Federal 6.839/1980 (que dispõem sobre o registro de empresas nos Conselhos Regionais que fiscalizam as profissões) ao determinar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica (no caso em tela no Conselho Regional de Medicina Veterinária) ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros (artigo 1º).

Assim, considerando as atribuições técnicas profissionais, bem como a ampla legislação aplicável à espécie e, ainda, visando proteger principalmente a saúde pública, justifica-se as exigências impostas às pessoas jurídicas mencionadas, quais sejam, a de que possuam inscrição nos cadastros do Conselho Regional de Medicina Veterinária, bem como a de que possuam profissionais Médicos Veterinários como responsáveis técnicos nos quadros de suas entidades.

Outro aspecto importante de ressaltar é que os laticínios somente deverão possuir registro da pessoa jurídica nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (e não nos Conselhos Regionais de Química), bem como a de contratar responsável técnico Médico Veterinário (e não Químico) nos quadros de suas entidades, conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (órgão máximo do Poder Judiciário na interpretação das leis federais) sobre tal questão, conforme se verifica nos últimos julgamentos que seguem adiante:

Contratação. Cooperativa. Laticínios. Químico. Registro. CRQ.

A Turma reafirmou que a cooperativa com atividade da área de industrialização e comércio de leite e seus derivados, os quais não envolveram a utilização de produtos químicos, não está obrigada a conservar profissional da área de química no seu quadro de pessoal nem a registrar-se no Conselho Regional de Química (335 da CLT). Até porque essas indústrias de laticínios já são registradas no Conselho Regional de Medicina Veterinária (Lei 5.517/1968) e submetem-se à fiscalização dessa entidade. Precedentes citados: REsp 510.562-MG, DJ 7/6/2004; REsp 383.879-MG, DJ 31/3/2003, e REsp 445.381-MG, DJ 11/11/2002. REsp 816.846-RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 4/4/2006.

Outro aspecto importante de ressaltar é que os laticínios somente deverão possuir registro da pessoa jurídica nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, bem como a de contratar responsável técnico Médico Veterinário, conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça.

Empresa. Laticínios. Registro. Conselho Profissional.

A recorrente, empresa de laticínios não está obrigada a registrar-se no Conselho Regional de Química, pois a atividade básica desenvolvida por ela é que determina em qual conselho profissional deve se registrar. Na espécie, a empresa usa como matéria-prima produto animal, co-

mercializando leite e seus derivados. Submete-se, assim, ao poder de polícia dos órgãos que fiscalizam as profissões; no caso, por disposição legal, é o Conselho de Medicina Veterinária (art. 5º da Lei 5.517-/1998), no que tange ao aspecto sanitário, higiênico e, também, tecnológico. Precedentes citados: REsp 383.879-MG, DJ 31/3/2003, e REsp 442.973-SC, DJ 16/12/2002. REsp 410.421-SC, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 17/5/2005.

Conselho Profissional. Laticínios. Registro.

A recorrente é empresa de laticínios que lida com matéria-prima animal no comércio de compra de leite e seus derivados para condicioná-los ou transformá-los, com objetivo comercial. No desenvolvimento de tal atividade, está submetida ao poder de polícia dos órgãos que fiscalizam as profissões, por norma expressa que impõe a fiscalização do Conselho de Medicina Veterinária, com os exames dos aspectos sanitário, higiênico e também tecnológico. Identificada a atividade preponderante da empresa de laticínios, fiscalizada pelo Conselho de Medicina Veterinária (art. 5º, f, da Lei 5.517/1968), não se pode exigir um segundo registro. Soluciona-se a superposição de atividades em matéria de fiscalização pela preponderância. Precedentes citados: REsp 383.879-MG, DJ 31/3/2003, e REsp 371.797-SC, DJ 29/4/2002. REsp 488.965-GO, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 18/5/2004.

Finalmente, cabe também salientar que se os Conselhos Regionais de Química (CRQs) efetuarem fiscalização nos laticínios, a fim de exigir registro naquele órgão e responsável técnico químico, os mesmos poderão ingressar com ação judicial (ação ordinária ou mandado de segurança) em face de tais entidades (CRQs), visto que os CRQs não possuem competência para tal ato, que é de competência privativa dos Médicos Veterinários e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. ●

Um novo caminho

No dia 12 de maio o Paraná recebeu uma notícia importante para a Medicina Veterinária, para a Zootecnia e para o ensino, Wilmar Sachetin Marçal foi eleito o novo reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Formado médico veterinário na própria universidade, no ano de 1981, Wilmar optou pela área da docência e é hoje o primeiro médico veterinário a assumir a reitoria de uma universidade no Paraná.

Marçal nasceu em Londrina e trabalhou no Mato Grosso com extensão rural, defesa sanitária animal e com campanhas de vacinação contra a febre aftosa. Em 1983, passou a escrever artigos para jornais locais do Mato Grosso e percebeu que se identificava com as áreas de pesquisa e docência. Marçal optou pela especialização e, em 1984, seguiu para a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP), onde fez Mestrado em Clínica Veterinária. No ano de 1987 se classificou no concurso público para atuar como professor na UEL e passou a dar aulas na área de Clínica de Bovinos. Em 1991, já casado e com filhos, um casal de gêmeos, Marçal iniciou em Botucatu seu doutorado em Clínica Veterinária na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Alguns anos mais tarde, Marçal foi à cidade de Cuebla, no México, participar de um estágio de curta duração, fazendo um treinamento para mensuração de algumas técnicas laboratoriais. Depois passou dois meses na Universidade de Michigan e 15 dias na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos.

Das experiências dentro da UEL, Marçal tomou algumas iniciativas importantes para o curso de Medicina Veterinária. Em 1996 criou um projeto que visava passar para um médico veterinário as aulas de Deontologia e Legislação aplicada à Medicina Veterinária. Wilmar diz que transferindo as disciplinas para um profissional da área ocorreu um enriquecimento dos assuntos abordados. “Isso foi importante porque nós fizemos um programa bem atualizado em que a gente não fala só das leis, mas também fala do mercado de trabalho. O presidente do Conselho vem todo ano fazer a aula inaugural. Trazemos pessoas que trabalham como RT, com vigilância sanitária, com meio ambiente, para dar um enfoque não só legal, mas também de campo de trabalho, de mercado de trabalho”, discorre o reitor.

Em 2002, quando assumiu o Hospital Veterinário da UEL, foi responsável pela implantação de vários projetos dentre os quais o Projeto Carroceiro, visa realizar atendimento gratuito a equinos; Universidade Amiga, (Atendimento Médico Itinerante a Grandes



Jorge Corrêa

Wilmar Sachetin Marçal novo reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Animais) e o Bom Aluno, que consiste na otimização dos alunos durante o plantão no Hospital Veterinário. E recentemente idealizou e concretizou o curso de pós-graduação em Perícia Veterinária Forense.

De acordo com os resultados do Exame Nacional de Certificação Profissional (ENCP), realizado duas vezes por ano pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), a UEL é a universidade que tem o melhor índice de aprovação, cerca de 98% dos recém-formados passam na avaliação. Para Wilmar Sachetin Marçal, este resultado ocorre devido ao bom nível de capacitação dos professores e ao atendimento ininterrupto do Hospital Veterinário. “Desde 1993 atendemos ininterruptamente 24 horas por dia. Isso faz com que se tenha campo de atuação, casuística, rotina... Isso faz com que o aluno interaja mais, trabalhe a sua relação profissional e possa vivenciar um número grande de casos práticos que ele depois vai usar na sua relação profissional. Então, a educação na UEL é tecnicista e humanista nesse sentido, pois o aluno exercita algo que não pára, exercita atividade prática, ou seja, ele põe a mão na massa e nós, os professores, todos nos capacitamos no sentido de poder gerar projeto e pesquisa, interagindo com o próprio aluno e com a própria comunidade. Então, eu acho que esse é o grande segredo. Agora sem dúvida nenhuma, com o atendimento ininterrupto só faz a escola ir para frente. Você não pode ter horário. Na UEL, o plantão fez com que o curso alavancasse mais ainda, tanto que foi seis anos consecutivos triplo A pelo MEC. Com isso não há só o atendimento à comunidade, mas o aluno e professor vêem a doença, fazem o diagnóstico e produzem a terapia”.

Planos

Dentre os planos para sua gestão estão a melhora do nível salarial dos professores, que ainda não possuem plano de cargos e salários e a criação de concursos para profes-

sores titulares. Segundo o reitor, os docentes precisam ter estímulo para continuar atuando na Universidade. Outro ponto importante é a readequação do espaço físico, ou seja, ampliação de laboratórios, salas de aula e anfiteatros. Na área de Zootecnia, Marçal acredita que é necessária a readequação da Fazenda-Escola, que está localizada em uma área cercada por condomínios, onde o professor considera prejudicial para a criação de animais e para a manutenção das produções.

Na área de educação continuada Wilmar pretende inovar, uma vez que a UEL já possui cursos de nível Lato Sensu e Stricto Sensu. Dentre os projetos está a criação de um Mestrado Profissionalizante, que segundo o professor permanece com o enfoque acadêmico, mas possui um diferencial: a preparação para o mercado de trabalho. A proposta seria aplicar primeiramente nas áreas de Ciências Agrárias e Tecnologia. Outro passo a ser pensado é a educação à distância. No entanto, ele afirma que “ainda é necessário verificar com as bases de ensino da universidade se há condições de implementar este projeto”.

Aos profissionais da área de Medicina Veterinária e Zootecnia, Wilmar deixa uma mensagem: “participe de processos seletivos junto aos órgãos públicos, porque a classe precisa de fato marcar sua presença junto às entidades e através disso conseguir galgar aspectos importantes para a própria profissão”. Marçal conclui dizendo que os profissionais devem buscar se politizar dentro de sua área e procurar por cargos de gestão para que a sociedade reconheça a importância da Medicina Veterinária e da Zootecnia. ●

Gabriela Sguarizi
Luiza Schuves

Fonte consultada:
Wilmar Sachetin Marçal

Eventos em todo o Estado celebram o Dia do Médico Veterinário

Mês de setembro é sinônimo de comemoração para os médicos veterinários. O dia 9 é considerado o dia deste profissional, e é sempre lembrado com uma série de confraternizações pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR). O primeiro evento organizado pela entidade foi o tradicional jantar de confraternização, que ocorreu no 1º de setembro, na churrascaria Paiol em Curitiba. Na oportunidade, funcionários, conselheiros e delegados do CRMV-PR estiveram presentes, além de médicos veterinários, familiares e representantes de entidades referentes à classe.

Dentre as autoridades presentes estavam o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai; o vice-presidente Nestor Werner; o presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (Sindivet-PR), Cezar Amin Pasqualin; o vice-presidente do Sindivet-PR, Demétrio Reva; a presidente da Associação de Especialistas em Pequenos Ruminantes (Aveper), Fernanda Rosalinski Moraes, e o presidente da Associação Médica Veterinária Homeopática do Paraná, Antonio Sampaio.

O presidente do CRMV-PR lembrou do Decreto Lei 23.133, de 1933, que regulamentou a profissão de médico veterinário no País e agradeceu aos colegas de classe pelo trabalho realizado ao longo dos anos, que contribuiu para os avanços da Medicina Veterinária brasileira. Antonio Sampaio, além de agradecer a presença dos profissionais, disse que o evento “é uma boa oportunidade para rever amigos e que encontrar colegas que não via desde a época de faculdade”.

Além do Jantar em Curitiba, o CRMV-PR promoveu eventos de comemoração em todo o Estado. No dia 2 de setembro, a Delegacia da Autarquia em Maringá organizou a palestra sobre “Gestão de carreira ou profissão de médico veterinário? Um desafio a ser enfrentado”, ministrada por Sérgio Lobato, do Rio de Janeiro. Em seguida médicos veterinários e familiares participaram de um jantar na Chácara Santa Gertrudes em Mandaguáçu. Em Umuarama, a Delegacia Regional promoveu a I Vet Solidária, na Praça Miguel

Houssaf. No dia seguinte (3/09), médicos veterinários de Campo Mourão e região e familiares se reuniram na Associação Médica da cidade para um almoço, uma partida de futebol suíço e para participar de atividades recreativas. Em Jacarezinho, médicos veterinários se reuniram, no dia 5, para discutir a brucelose e tuberculose bovina; o presidente do Conselho comandou o encontro, que terminou com um almoço no Restaurante Canta Galo. No dia 9, os profissionais se encontraram para um almoço no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel. No mesmo dia, mas em Paranaíba, foi realizada a cerimônia de Posse da Nova Diretoria do Núcleo dos Médicos Veterinários de Paranaíba. Em Toledo, médicos veterinários participaram na Associação Agrícola Sperafo de um jantar de confraternização. Já no dia 10 foi a vez dos profissionais de União da Vitória se reunirem para um almoço de confraternização na Fazenda Tarumã. Em Guapuva, foram realizados para celebrar a data o II Encontro Regional de Medicina Veterinária, em 15 de setembro, e um jantar dançante no dia seguinte (16/09). Em Foz do Iguaçu os profissionais se encontraram na Cachaçaria Água Doce, dia 16 de setembro. No mesmo dia os profissionais da região de Castro e Ponta Grossa, juntamente com seus familiares, reuniram-se no Clube Social de Carambeí para um jantar dançante. Também no dia 16, médicos veterinários e suas famílias foram ao Buffet Via Parioni em Londrina para um jantar dançante.

2ª Corrida e Caminhada

Para encerrar as comemorações do Dia do Médico Veterinário, o CRMV-PR e Sindivet-PR e outras entidades promoveram no dia 30 de setembro a 2ª Corrida e Caminhada da Medicina Veterinária do Paraná. O evento esportivo aconteceu no Parque Náutico (Iguaçu), em Curitiba e reuniu atletas, profissionais e acadêmicos da Medicina Veterinária. Antes da largada, a Sociedade Columbófila do Paraná abrilhantou o evento com uma revoada de pombos.

O primeiro atleta a completar o percurso de 5.200 metros foi o triatleta Guilherme Manocchio, sendo o 1º lugar geral masculino, com um tempo de 16'08". Na categoria feminina, foi a atleta Suzana Sabino, com um tempo de 20'40". Na categoria Médico Veterinário, o primeiro lugar foi do assessor técnico do CRMV-PR, Ricardo Simon, que cruzou a linha de chegada aos 19'30". Já na categoria Médica Veterinária a primeira colocada foi Rikaa Yamane, com um tempo de 25'22". Na categoria acadêmico veterinário, o primeiro colocado foi José Carlos Roble Junior, completando o percurso em 23'20".

As fotos dos eventos promovidos pelo CRMV-PR estão disponíveis no site www.crmv-pr.org.br.

Luiza Schuves
Gabriela Sguarizi



A 2ª Corrida e Caminhada da Medicina Veterinária encerrou as comemorações do mês de setembro.

Quem mora em prédios tem mais ou menos cães e gatos?

Clóvis Augusto Serafin¹,
Gabriela do Amaral da Rosa¹,
Ana Marcia de Sá Guimarães²,
Regina A. Uttime³,
Alexander Welker Biondo¹.

1. Dep. de Medicina Veterinária UFPR
2. Instituto de Ciências Biomédicas USP
3. Centro de Controle de Zoonoses

Introdução

Para estabelecer um programa de controle de zoonoses em um bairro, vila ou mesmo município torna-se necessário estimar o tamanho da população de cães e gatos da região. Uma das formas utilizadas para fazer essa estimativa é baseada em indicadores populacionais humanos, com a aplicação de questionários à população local domiciliada. Com base nesses dados é possível estimar indiretamente os animais que possuem proprietários, independente de seu grau de dependência e restrição. Por outro lado, animais sem dono, sem abrigo ou que não possuam pessoas que assumam responsabilidade por eles são excluídos da contagem.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a proporção ser humano:cão varia de 7 a 10:1 em países em desenvolvimento. Entretanto, recentes estimativas realizadas em regiões do Estado do Paraná, São Paulo e Pernambuco mostraram que a razão ser humano:cão pode variar de 3,6 a 9,14. Por outro lado, pouco se sabe a respeito do tamanho e dinâmica da população felina em países da América Latina. A maioria dos estudos conduzidos para se estimar a população animal levou em consideração o tipo domiciliar “casas”; e até o momento, não existem dados a respeito do tamanho dessa população domiciliada em prédios. Assim, o objetivo desse trabalho foi estimar as populações canina e felina domiciliadas nesse tipo de residência num bairro de Curitiba (PR) com base em indicadores populacionais humanos.

Material e Métodos

O bairro Cabral foi escolhido para a realização da estimativa animal devido à predominância de prédios e status financeiro de classe média, com uma renda mensal média per capita de R\$ 3.914,50. O bairro possui um total de 173 prédios, onde 69 (39,8 %) foram amostrados. A estimativa da população animal foi realizada baseada num inquérito aplicado aos porteiros de cada prédio. Foram levantados dados como: número de apartamentos, de moradores, de cães nos prédios, de gatos no prédio e se o condomínio permitia animais. A

aplicação dos questionários foi realizada, após devido treinamento, por alunos da disciplina de Zoonoses do Departamento de Medicina Veterinária da UFPR.

Resultados

Dos 173 prédios pesquisados, obteve-se um total de 1.638 apartamentos, perfazendo uma média de 23,73 apartamentos por prédio. O número total de moradores foi de 3.866, representando 2,36 seres humanos por apartamento. Em um total de 64 prédios (92 %), era oficialmente permitida a guarda de cães e gatos. No entanto, mesmo dentre os que não permitiam, todos possuíam animais. O número de cães e gatos foi de 277 e 39, respectivamente, perfazendo um total de 4,0 cães e 0,6 gatos domiciliados por prédio. A estimativa do tamanho da população canina e felina para o número total de prédios do bairro foi de 694,5 e 97,8, respectivamente. Assim, a proporção ser humano:cão foi de aproximadamente 14:1; e a proporção ser humano:gato foi de 99:1, levando em consideração que a estimativa da população total domiciliada em prédios no bairro estudado foi de 9.693,01.

Discussão

Ao analisar as proporções ser humano:cão e ser humano:gato das populações domiciliadas em casas de diferentes bairros de Curitiba, foi possível concluir que tais proporções são aproximadamente quatro vezes maiores para as populações domiciliadas em prédios do presente estudo. Essa diferença pode ser explicada por dois fatores: pelo tipo de domicílio e pelo nível sócio-econômico dos moradores. O tipo de domicílio pode explicar a alta proporção ser humano:animal de duas maneiras: pelas dificuldades de se manter cães e gatos em apartamentos; e pela restrição à movimentação animal. Em bairros com predominância de casas podem existir animais com diferentes graus de restrição, o que pode resultar numa alta taxa de natalidade e subsequente superpopulação. O tamanho da população em domicílios verticalizados do presente estudo mostra como a posse responsável com restrição à movimentação animal contribui muito para o controle populacional de cães e gatos.

Acredita-se que o nível sócio-econômico possa influenciar no tamanho da população animal em certas regiões. Entretanto, Dias et al. (2005) e Alves et al (2005) não encontraram diferença significativa entre regiões com diferentes status econômico no Estado de São Paulo. De acordo com Alves et al. (2005), mais

estudos devem ser delineados com esse objetivo para confirmar essa ausência de relação. Em um estudo realizado nas regiões da Vila Osternack e Vila Torres, Curitiba, que possuem renda per capita mensal inferior ao Bairro Cabral e predominância de casas (segundo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), a proporção ser humano:cão foi de 3,4:1 e 3,8:1, respectivamente; e a proporção ser humano:gato foi de aproximadamente 27:1 na Vila Torres. Embora o presente estudo não tenha sido delineado para avaliar diferenças entre níveis sócio-econômicos, percebe-se que, quando comparado com o censo por amostragem dos demais bairros, o bairro Cabral apresentou claramente um menor número de animais por habitante. Entretanto, a exata proporção cão:gato do bairro Cabral (7,11 cães para cada gato) foi quase idêntica à proporção do bairro Vila Torres (7,07 cães para cada gato), o que reflete uma tendência similar na proporção de aquisição de cães e gatos quando comparados bairros de perfis sócio-econômicos e de habitação distintos, mas dentro do mesmo município de Curitiba. O nosso grupo de trabalho está atualmente realizando um estudo preliminar dos perfis de outros municípios da região metropolitana, bem como do litoral e do interior do Estado do Paraná, para entender melhor a dinâmica populacional canina e felina nos diferentes ambientes do nosso Estado.

Conclusões

A adoção de uma razão única para América latina, como preconizado pela OMS, pode levar a um grande erro no planejamento de programas de controle populacional e de zoonoses. Os resultados obtidos no presente estudo revelaram que o tamanho da população animal domiciliada em prédios é diferente da domiciliada em casas, embora a proporção entre cães e gatos possa permanecer semelhante. Profissionais de órgãos de Saúde Pública e outros profissionais ligados ao setor, bem como o médico veterinário em geral, devem sempre que possível estimar a população animal baseando-se no tipo de domicílios predominantes em cada região para implementar programas de controle de zoonoses e de controle populacional de cães e gatos de rua e semi-domiciliados. Mais do que isso, o censo canino e felino por amostragem oferece aos médicos veterinários que pensam em estabelecer uma clínica de atendimento a pequenos animais, uma estimativa mais precisa das populações canina e felina na região, o que pode ser fundamental no planejamento da localização do empreendimento de acordo com o perfil imobiliário do local. ●

Posse Responsável de Animais Domésticos, Alternativa Educativa: Poder Público e Privado

Aparecida E. Gavioli,
Núcleo de Apoio Institucional e
Centro Universitário Barão de Mauá,
Ribeirão Preto, SP
Gelson Genaro, Unesp
Campus São Vicente

A associação entre pessoas e cães e gatos é oriunda de tempos remotos, sendo a relação homem-cão bem mais velha que aquela com os gatos. A domesticação do gato é, na mais remota hipótese, decorrente de 6 mil - 9 mil anos. Já a do cão nos remete possivelmente há 15 mil anos, ou mais. Quer seja para o gato ou para o cão, a nossa espécie os atraiu voluntária, ou involuntariamente, para um convívio muito próximo, alterando definitivamente seus modos de vida e, conseqüentemente, a nossa relação com esses animais. Essa modificação foi tão profunda que basta lembrar do enorme número e da ampla variação das raças caninas que temos hoje.

Dentre os processos etológicos responsáveis pelas ligações sociais entre espécies animais, o principal aspecto a ser considerado é aquele denominado de “período sensível” que, para esses animais, transcorre a partir do segundo mês de vida. É nesse período que o animal estreita seu comportamento social, basicamente com seus co-específicos (animais de sua espécie), mas essas ligações podem ser também estabelecidas com outras espécies. Fato que ocorre, por exemplo, quando mantemos um cão ou gato conosco. Vários fatores irão influenciar nesse grau de socialização: os indivíduos (ou espécies) que irão estabelecer o contato, a quantidade de manipulações, presença da mãe, ou de irmãos durante o processo de manipulação, eventos positivos ou negativos, condições de manutenção, além de variações genéticas.

Bem-Estar Animal

A definição de “Bem-Estar Animal” envolve ampla análise dos contextos em que se encerra a questão animal, mas, de modo geral, pode ser definido como o estado de um animal durante suas tentativas de se ajustar ao meio ambiente que ora se apresenta.

Independentemente da espécie, se cão ou gato, ou mesmo outras, todas possuem mecanismos adaptativos, contudo, esses mecanismos estão direcionados basicamente à vida natural que, por sua vez, podem ser, ou não, úteis às novas condições a que submetemos os animais, em particular à vida doméstica.

É preciso ressaltar que alguns desses animais estão altamente adaptados a essa situação, outros menos, sendo o contraposto daqueles plenamente domesticados os denominados ferais, ou asselvajados. Esses últimos vivem situações muito próximas do que

poderíamos denominar vida selvagem, existindo simultaneamente uma ampla gama de variações entre os extremos. Portanto, quando nos propomos a analisar as condições de vida desses animais é preciso refletir sobre a enorme variação de possibilidades.

Um dos mais importantes problemas envolvendo as espécies domésticas (de companhia) e Bem-Estar Animal refere-se ao grande número de abandono desses animais. Abandonos esses que podem acumular-se em determinados locais públicos ou, então, através de pessoas que, por vários motivos, recolhem esses animais em grande número. E, quanto às condições sanitárias desses animais, como sua manutenção, são questionáveis, sobre vários aspectos, dentre eles o ético. Cuidar desses animais (em números sempre crescentes) é inviável e como respostas mais freqüentes temos a castração, a adoção ou a eutanásia.

As razões pelas quais se abandonam animais são inúmeras, vão desde justificativas alérgicas, mudanças de residências, reprodução não programada etc. Contudo, o principal problema não é abordado quando, equivocadamente, se opta por essa alternativa: o abandono.

O Abandono e possíveis conseqüências advindas da desinformação

O abandono de animais é fato relativamente comum em determinadas localidades. Inclusive com conceitos populares, por exemplo, para o gato, de que esse animal pode sobreviver ingerindo pequenos animais, lixo, restos de alimentos etc. Uma parcela dos animais abandonados realmente sobrevive às custas de muitas mortes e um estado de saúde sofrível. Esse estado de higiene, depauperação, remete os animais a uma espécie de condição: ‘bomba relógio’, devido à possibilidade de inúmeras doenças poderem se instalar nessa população e dentre essas temos várias zoonoses: leptospirose, leishmaniose etc., mas especialmente a raiva nos preocupa.

Quando uma pessoa (despretensiosamente) abandona um gato, ou cão, numa via pública, imaginando que sobreviverá, além de uma atitude equivocada a respeito do destino desse animal está, simultaneamente, colocando em sério risco a comunidade humana local. Apenas como exemplo, gatos são caçadores contumazes, e dentre suas inúmeras presas podemos ter morcegos, que sabidamente podem veicular o vírus da raiva, e esse mesmo gato - faminto - pode, posteriormente, envolver-se em disputas físicas, disseminando essa virose, quando agride outros gatos. Ou seja, a ação do abandono poderá ter conseqüências muito mais

sérias do que apenas a morte do animal abandonado.

Ainda, o abandono, além de manifestar pouca preocupação com a vida, seja ela de um cão ou gato, pode ser o primeiro passo para o desenvolvimento de algo mais amplo, a crueldade com animais. O abuso e/ou crueldade com animais é um aspecto social não apenas relevante no aspecto médico-veterinário, mas evidências dessas condutas (preliminares) sinalizam a possibilidade de manifestação de outros tipos de abusos, como aqueles familiares e outras condutas anti-sociais humanas.

Parcerias como alternativa educativa no combate do abandono de animais

O projeto sobre posse responsável de animais domésticos “Meu Amigo Bicho nas Escolas” encontra-se há um ano em andamento na cidade de Ribeirão Preto, SP, apoiado e desenvolvido através da cooperação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, Centro de Controle de Zoonoses, Secretaria Municipal de Educação, Centro Universitário Barão de Mauá – através de seu Núcleo de Apoio Institucional (NAI), e também com o apoio da iniciativa privada: Salvat/Bayer, VetPlan.

Até o momento, 863 crianças e adolescentes (com idade entre 4 e 14 anos) da rede de ensino municipal foram abordadas através de aula e atividades interativas, apresentadas por estudantes do Curso de Medicina Veterinária, onde temas sobre a posse (responsável) de animais de companhia (cães e gatos) foram discutidos. Os objetivos do trabalho são minimizar o número de animais errantes na cidade e, conseqüentemente de abandonos, ataques caninos, a probabilidade de casos de zoonoses, casos de atropelamentos de animais e possíveis acidentes automobilísticos. Fundamentalmente o projeto vem desenvolvendo alternativas para despertar a consciência nessas crianças de que esses animais exigem atenção e cuidados especiais, como todo ser vivo, e que o desconhecimento de tais necessidades pode culminar em prejuízo também para a comunidade humana.

Apesar do incessante trabalho das prefeituras e governos estaduais e federal, no que se refere à vacinação anti-rábica, das leis que regem a conduta de posse de animais domésticos, a educação da população é primordial na erradicação dessa situação, sendo uma ferramenta fundamental para promover um grau de consciência razoável que transcenda apenas a preocupação com os animais, focando basicamente a saúde pública (humana) e suas conseqüências. ●

Empreendedor na Medicina Veterinária e na Zootecnia

Ivonei Afonso Vieira, Méd.Vet., administrador de Empresas, pós-graduado em Administração Geral e Estratégica e conselheiro do CRMV-PR

“Os valores essenciais como respeito às expectativas de carreira, ampliação de conhecimento, satisfação com a natureza do trabalho, orgulho de pertencer, compromisso com a organização, entre outros, não desapareceram, ao contrário, ganharam uma dimensão de importância para todos os atores no mundo do trabalho”.

(Revista Nacional da Carne, Setembro 2006, pg.. 98).

Esta afirmação vem a cada dia tendo uma aceitação muito forte entre os profissionais, o importante desse conceito está na quantidade e nos diferentes tipos de profissões que se atêm em um conhecimento básico e de grande valia para condução do sucesso de qualquer negócio. Então, observa-se que no mundo dos negócios quem não busca a ampliação e a aplicação correta de seu conhecimento, não tem prazer, não gosta do que faz e não se sente aceito dentro de uma comunidade, dentro de uma organização e dentro de um ambiente técnico está fadado ao insucesso.

Assim, o importante para qualquer início de uma atividade existem regras que se deve seguir de forma a que o estabelecimento de objetivos se fixe principalmente na missão que qualquer empreendimento terá para com a comunidade no desenvolvimento de suas atividades.

Uma das regras básica para esse objetivo é o empreendedorismo. Nesse sentido há necessidade de conhecermos melhor o que significa ser um empreendedor. Empreendedor é aquela pessoa que deseja realizar, executar, deixar sua marca. Aquele que se distingue das outras e consegue com isso fazer a diferença. Para isso um desafio é o ponto de partida e todo desafio só é aceito quando se supera os riscos desencadeados na busca de novos caminhos na execução de um empreendimento. É ter autodeterminação. É superar obstáculos. Transformar idéias em fatos e não se conformar com a rotina que leva o sucesso de forma lenta e muitas vezes ao insucesso irreversível.

A grande visão é o conhecimento daquilo que se faz, esse conhecimento pode vir da experiência do dia-a-dia ou de estudos através de publicações específicas, ou pós-graduação em escolas que promovam cursos

de especialidades ou procurar referência em empreendimentos semelhantes. Nesse sentido se estabelece o conhecimento do ramo de negócio que explora ou pretende explorar. Deve se estar alerta para aproveitar o que o mercado esta colocando à disposição, isto é, aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado. Então, é só ter a capacidade de perceber o momento certo e as condições adequadas para a realização de um bom negócio.

Um bom conhecimento de administração é importante para o empreendedor, pois ele deve aplicar o conhecimento do processo administrativo que é a utilização de maneira integrada dos elementos da administração (planejar, organizar, dirigir e controlar). A utilização racional e organizada dos recursos disponíveis é o que dá vida útil longa e de resultado para as empresas. Aqui se enquadra uma regra muito interessante a Liderança que exige a compreensão de habilidades no relacionamento dentro e fora da empresa.

A Habilidade pode ser dividida em três bem definidas. Habilidade Técnica que significa conhecimento de métodos, técnicas e equipamentos para a realização de todas as operações e processos, Habilidade Conceitual que determina o conhecimento profundo da missão e dos objetivos preconizados pela empresa e a Habilidade Humana que é competência de relacionamento e compreensão interpessoal, é saber colocar de maneira simples e de fácil entendimento o que a empresa espera de seus comandados, de acordo com os objetivos e a missão da empresa. Assim o empreendedor de sucesso deve ser um líder e ser capaz de se relacionar com seus cola-

boradores, com o público consumidor e com os fornecedores.

Nunca se deve esquecer o otimismo, pois o pessimista é uma ancora que segura a empresa e não a deixa ir em direção ao sucesso. O pessimista é aquele que quando o convida para uma pescaria ele diz: - Não vai dar certo, vai chover, não vamos pescar nada. Esse não cresce e atrapalha. O otimista não enxerga fracasso vai sempre em frente em busca do objetivo considerando as avaliações dos resultados.

Na verdade o empreendedor tem que ter intuição empresarial como algo mais, isto é, ele tem que estar constantemente em busca da melhor maneira de se estabelecer um motivo para encontrar o verdadeiro sucesso. A verdade é que não existe uma receita pronta, é necessário meter a mão na massa, ou mesmo ver porque um assado fica bom ou ruim. Não espere que você pode conseguir resultado sozinho, há necessidade de se encontrar meios ou pessoas que o ajude a chegar no caminho certo.

Assim, os médicos veterinários e o zootecnistas são profissionais responsáveis pela saúde humana através da atividade responsável de atender a saúde animal e pela produção de alimentos de origem animal seguro e saudável. É grande esse compromisso. É grande essa missão, por isso as regras para essa atuação estão ligadas profundamente numa realidade de desafio e na capacidade de assumir riscos, tudo passa pela ética e pela lealdade sem esquecer da solidariedade, mas em resumo é preciso encontrar o equilíbrio entre o sucesso e a busca do progresso em função de uma responsabilidade social. ●



Andrzej Pobiedzinski

Acompanhamento Veterinário Integrado de Rebanhos Ruminantes (AVIR), um instrumento na gestão da qualidade na produção pecuária

Rüdiger Daniel Ollhoff, professor Titular da PUCPR, presidente da Associação Brasileira de Buiatria e da Associação Paranaense de Buiatria (BUIATRIA-PR)

Felipe Pohl de Souza, professor Adjunto da PUCPR, proprietário da MAGNA - Consultoria Veterinária, ex-presidente da Associação dos Especialistas em Pequenos Ruminantes (AVEPER)

Nas últimas décadas a produção pecuária tem passado por um processo acelerado de ganhos de produtividade, muitas vezes acompanhado por uma concentração do número de produtores ao mesmo tempo em que se verifica um aumento no número de animais por rebanho. O tratamento de um único animal deixou de ser prioridade diante da necessidade de se garantir a saúde de rebanhos inteiros. Tanto pressões do mercado internacional, onde o leite e a carne são "commodities", como o aumento da exigência dos consumidores no mercado interno fazem com que a produção de alimentos inócuos do ponto de vista sanitário a um baixo custo sejam a meta principal da atividade pecuária, tanto de leite como de corte no país. Além da qualidade e segurança do produto, o consumidor é cada vez mais exigente quanto ao processo de produção que deve levar em conta três aspectos: ser ambientalmente correto, socialmente justo e considerar a condição de bem-estar dos animais.

A Medicina Veterinária de animais de produção não é um conceito novo, sendo colocada em prática pelos médicos veterinários de diferentes formas como: "consultoria de rebanhos", "gestão da fertilidade", "administração da saúde de rebanhos" entre outros, cujos conceitos e resultados foram discutidos na literatura técnica veterinária desde o início dos anos 80 do século passado. O conceito de "Acompanhamento Veterinário Integrado de Rebanhos" foi cunhado em 1993 na Escola Superior de Medicina Veterinária de Hannover, na Alemanha, tendo como significado a realização de uma atividade sistemática e continuada do médico veterinário, objetivando incrementar a saúde e a capacidade produtiva dos animais, levando em conta a situação econômica da propriedade ou empresa pecuária, a qualidade dos produtos e no final das contas a realização profissional e pessoal dos envolvidos (peões, capatazes, gerentes, investidores) no processo.

A implementação do AVIR segue alguns princípios estratégicos para o sucesso do sistema, tais como:

- Levantamento do "status quo" nos diferentes setores de acompanhamento veterinário da empresa (ex. reprodução, saúde do úbere, claudicação etc.);
- Definição de metas para cada área de acompanhamento;
- Elaboração de uma estratégia para atingir as metas propostas; eventualmente adaptação de estratégias existentes;
- Implementação do programa de trabalho;
- Documentação exata (levantamento dos dados e seu processamento);
- Controle através de avaliações regulares dos diferentes processos envolvidos no fluxo de produção e interpretação de dados colhidos (avaliação através de indicadores);
- Aconselhamento, observação de consequências e definição de novas metas.

O conceito de "Acompanhamento Veterinário Integrado de Rebanhos" foi cunhado em 1993 na escola superior de Medicina Veterinária de Hannover, na Alemanha, tendo como significado a realização de uma atividade sistemática e continuada do médico veterinário.

Atualmente tais estratégias são parcialmente realizadas principalmente pelas unidades veterinárias de algumas cooperativas de produtores de leite e algumas empresas especializadas em consultoria veterinária. Infelizmente, estes acompanhamentos têm sido realizados de maneira mais ou menos empírica, pois a pesquisa veterinária brasileira ainda não incorporou em sua plenitude os conceitos de AVIR ruminante, diferentemente do que se observa na produção de suínos e aves. No entanto parece ser oportuno levantar a questão, pois algumas ferramentas úteis, como a informática, avançaram significativamente, ao mesmo

tempo em que se observa preocupação tanto do lado do criador como dos órgãos públicos envolvidos com temas relacionados à saúde e qualidade do rebanho (rastreadibilidade, SISBOV, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose, SAPI Leite entre outros).

Ao contrário de alguns países europeus não se estabeleceu aqui, por enquanto, o tamanho mínimo para que o AVIR ruminante seja viável, do ponto de vista econômico. No caso brasileiro isto deverá variar segundo o tipo de exploração (leiteira / carne) e principalmente deverá sofrer influências regionais (centro-oeste, nordeste, sul) e da espécie ruminante (bovino, búfalo, caprino, ovino) atendida. Frisa-se que todas as ações veterinárias realizadas deverão considerar o ponto de vista gerencial e empresarial da propriedade. Exemplificando: só se realizam exames complementares caso se projete que os resultados encontrados terão realmente consequências práticas.

É fundamental para o estabelecimento de um programa de Acompanhamento Veterinário Integrado de Rebanhos a existência de um relacionamento de confiança entre o veterinário e o proprietário. O médico veterinário deverá ter visão integral do negócio no qual ele é prestador de serviços, preocupando-se constantemente com a rentabilidade e a sustentabilidade da atividade. Do proprietário, por sua vez, espera-se uma visão profissional da atividade, tratando a propriedade como uma empresa e aceitando o AVIR como um instrumento de auxílio da gestão integrada do seu negócio.

Tanto produtor como médico veterinário são chamados a se identificarem como integrantes de um sistema de produção de alimentos seguros. E ao adotarem um AVIR estão contribuindo para assegurar qualidade, ao mesmo tempo em que estão lançando a pedra fundamental para um programa de gestão da qualidade, que por sua vez estimula um círculo virtuoso de melhoria contínua. Certamente o dinamismo que o agronegócio brasileiro têm demonstrado contribuirá para a adoção cada vez maior destas ferramentas, tornando a pecuária bovina cada vez mais preparada para a competição no mercado exterior, calcada cada vez mais sobre aspectos sanitários, de bem-estar animal e sustentabilidade ambiental. ●

A relação médico veterinário imagiologista clínico - cliente/paciente nos Centros Diagnósticos e a prática do Diagnóstico por Imagem

Danielle Murad Tullio, MSc,
membro do Colégio Brasileiro de Radiologia
Vivien Midori Morikawa, méd. vet.
especialista em Radiodiagnóstico Veterinário

Introdução

O aparecimento dos métodos de diagnóstico por imagem na Medicina Veterinária de animais de companhia como uma especialidade, vem introduzir novos parâmetros no relacionamento imagiologista - clínico veterinário - cliente/paciente.

Considerando que o imagiologista atende à solicitação de seu colega clínico, este relacionamento torna-se primordial, devendo haver uma perfeita harmonia entre colegas e adequada com o cliente/paciente, caso contrário será efetuado um procedimento puramente técnico e às vezes sem valia. A prática do diagnóstico por imagem não deve prescindir dos fundamentos clínicos, tanto aqueles relacionados à semiologia como aqueles voltados à investigação clínica propriamente dita. Realizar uma boa prática clínico-diagnóstica deve ser o objetivo do imagiologista, atendendo de forma eficiente à solicitação do colega clínico e executando um atendimento que satisfaça às necessidades do paciente sem interferir na conduta do solicitante.

Quando falamos em exames imagiológicos como a ultra-sonografia e radiologia, devemos ter em mente que o exame é um ato médico na sua total concepção, já que a execução do mesmo requer uma série de conhecimentos especializados integrados. Estes conhecimentos envolvem o domínio fluente da anatomia da imagem, bases fisiológicas, raciocínio clínico pertinente, conhecimento técnico relacionado ao manuseio do aparelho, bem como uma sólida formação na interpretação das imagens obtidas, para enfim fazer a elaboração de laudos satisfatórios.

A correta indicação do exame é o ponto de partida para a realização de um bom exame diagnóstico. É comum observarmos solicitações de exames que não são os mais indicados para a patologia suspeita. Esta inadequação está relacionada não somente ao desconhecimento do veterinário solicitante, mas também à eventual indisponibilidade do mesmo. Por exemplo, derrames pleurais são normalmente avaliados por exames radiográficos convencionais quando se dispõe de transdutores ultra-sonográficos adequados, que o fariam de forma eficiente e sem radiação. Quando pensamos na função educacional do imagiologista, existe um papel

didático muito importante a ser cumprido, o qual deve de alguma forma orientar sobre os melhores métodos disponíveis para cada tipo de patologia.

A elaboração de uma requisição com dados como nome, sexo, idade, raça, médico solicitante, tipo do exame solicitado, indicações clínicas e antecedente diagnóstico e cirúrgico é uma prática recomendável na condução do exame de imagem. Por isso, caso não se tenha estes dados, devemos gastar alguns minutos conversando com o cliente, iniciando um bom relacionamento, para extrair algumas informações que o colega não relatou. Não é proibido conversar durante o exame, pelo contrário, algumas questões colocadas de forma estratégica durante o exame podem elucidar imagens de difícil interpretação.

A indicação diagnóstica apontada pelo colega solicitante em sua requisição muitas vezes é vaga, sem o acompanhamento de outras informações que possam auxiliar o imagiologista a respeito da patologia e/ou quadro clínico. Este ponto determina a importância de uma breve anamnese a ser realizada pelo imagiologista, que deve inquirir o cliente sobre a queixa principal, história clínica e antecedentes do paciente. Outras informações como dados cirúrgicos progressos e exames anteriores devem fazer parte constante da investigação prévia do imagiologista, que corre o risco de ignorar ausência de estruturas e outras patologias que já poderiam coexistir, já diagnosticadas em exame anteriores. Muitas vezes um exame físico simples deve anteceder o exame de imagem, como por exemplo, palpação abdominal, localização de focos dolorosos, auscultação cardíaca e pulmonar.

Ao concluir o exame podemos ou não relatar ao cliente detalhes dos resultados? É uma questão difícil de ser respondida de forma satisfatória, pois o exame que originalmente deve retornar ao colega solicitante pertence é claro ao cliente. Assim, cabe o mínimo de respeito às indagações e dúvidas do cliente que muitas vezes está ansioso por algum esclarecimento. Em determinadas situações não podemos dizer que está tudo bem, o bom senso permite, sinalizar ao cliente alguns dados do exame e a urgência de seu retorno ao clínico, sem interferir ou melindrar o colega que solicitou o mesmo, que deverá anunciar o laudo na sua totalidade.

Conhecer e respeitar os limites de cada método de imagem é um princípio fundamen-

tal e recomendável, assim poderemos produzir descrições objetivas e seguras a respeito das lesões identificadas. O diagnóstico por imagem é predominantemente descritivo e para todo o exame realizado deve constar um laudo devidamente detalhado e assinado. Este laudo é o documento no qual o imagiologista comprova seu trabalho e se responsabiliza pelos dados descritos naquela data, devendo sempre o exame ser guardado com o cliente. Obviamente existirão situações em que algum tipo de diagnóstico clínico será especulado, muitas vezes colocado entre parênteses ou como observação, o que é de suma importância para que alguns diferenciais sejam lembrados.

Realçamos a necessidade de uma prática diária de alguma forma de contato que venha a estreitar a relação do imagiologista com o clínico, tanto para a discussão de aspectos clínicos relacionados à elucidação diagnóstica do caso quanto para adiantar informações constantes no laudo. Desta relação saem muitas vezes parcerias de sucesso duradouras. Muitas vezes é interessante um convite ao colega para que haja o acompanhamento de exames, como biópsias guiadas e exames especiais, quando haverá uma troca de informações importante e prazerosa.

Centros diagnósticos veterinários com equipamentos modernos e equipe especializada, como já existem nos grandes centros do nosso país, têm condições de suprir esta demanda especializada em nossa região. Sabemos que não é compensatório muitas vezes, em algumas clínicas e consultórios a instalação destes serviços, além do fator especialização e educação continuada. Assim acompanhamos os avanços das especialidades na medicina diagnóstica e investigativa de animais de companhia, que aparecem com velocidade assustadora, e só contribuem para o sucesso de todos e a satisfação do nosso cliente, cada vez mais esclarecido e questionador, fruto da globalização e difusão do conhecimento pela internet.

A convivência entre especialistas de diversas áreas soma conhecimentos e integra alternativas diagnósticas e terapêuticas. Um erro de nossa parte pode levar a uma conduta terapêutica inadequada e até mesmo fatal. Em última análise, toda esta integração resulta na prática de uma Medicina Veterinária com maior grau de acurácia e resolutividade beneficiando assim o principal elemento da relação: o paciente. ●

Novos Inscritos

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
07152.VP	GLAUCIA MARIA CAMPEAO	07188.VP	LUIS CLAUDIO PEDROZO	00898.ZP	LAWRENCE LUVISA
07153.VP	TIAGO ALMEIDA MASSA	07189.VP	FELIPE TIAGO SMANIOTO	00900.ZP	FABIANO RAIZER
07154.VP	THIANE SECCHI SOB CZAK	07190.VP	FRANCIANE PIERIN RAMOS	07239.VP	ANDRE CORREA DE LIMA
07155.VP	ETHEL CRISTINE M. A. MATSUOKA	07207.VP	DANIEL CAVALCANTI BRETTAS	07240.VP	LUCAS SEBASTIAO ALVES
07156.VP	MICHELE LUNARDI	07208.VP	EDUARDO SILVA JORGE	07241.VP	RENATO ZANIN
07157.VP	ROBERTA DOS SANTOS TOLEDO	07209.VP	PEDRO RICARDO MATTEI	07242.VP	CIBELE RUIZ MIYAZAWA
07158.VP	MAIRA SALOMAO FORTES	07210.VP	JOSE CARLOS BIAGGI DIAS	07243.VP	RICARDO SCHERER SIMOES
07159.VP	BRUNO BERGAMO RUFFOLO	07211.VP	RAFAEL LUIZ NOVISKI	07244.VP	VINICIUS DE PAULA SOUZA
00874.ZP	RAFAEL ANDRZEJEWSKI	07212.VP	NILO CESAR FREIRE	07245.VP	PRISCILLA PELLIZER DA SILVA
07162.VP	EDIVAL MOREIRA DA SILVA	07213.VP	MAYCON A. DE M. MENDES	07246.VP	JULIANO ROMAN
07163.VP	FERNANDO VECCHI DE ALENCAR	07214.VP	VITOR SOLANO DE MELO	07247.VP	KEMY TOKUNO
07164.VP	CAROLINA B. DE SOUZA MARTINS	07215.VP	CAIO JANUARIO DE ARAUJO	07248.VP	ANA MARCIA DE SA GUIMARAES
07165.VP	HELEM PAULA MARUCHI	07191.VP	JEISA DE ARAUJO BRAGA	07249.VP	ANGELA DE ALMEIDA CASTRO SEGUI
07166.VP	SUELEN TULIO DE CORDOVA	07192.VP	MARINA EICH SOARES	07250.VP	TATIANE ALINA DE SOUZA
07167.VP	THAIS MELHEM RAUEN	07216.VP	DIOGO DE PAULA DUARTE	07251.VP	ARLENE PEREIRA MERTZ
00875.ZP	GUSTAVO FRANCO LOPES	07193.VP	CAROLINA RICHTER	07252.VP	FRANCIELE P. DE VITOR VIARO
00876.ZP	NILSON DA CUNHA LARA JUNIOR	07217.VP	SADI JOAO PIASECKI JUNIOR	07261.VP	GISELA COSTA ROSA
07171.VP	LUCIANA DE MORAES GARIBA	07194.VP	HELAINÉ REGINA GOYA	07262.VP	TAHIANA CARVALHO BARBOSA
07172.VP	FABIO CIPRIANO	07195.VP	MARIANA COSENZA	07263.VP	JAQUELINE MORON COTRIM
07173.VP	ALLAN KARDEC JUNIOR ROCHA	07196.VP	MARISTELA DE SIQUEIRA ARNEIRO	07264.VP	DIEGO DA SILVA CAMARGO
07174.VP	JULIANA PEREIRA ROCHA	07197.VP	EMANUELLE GEMIN	07260.VP	ALEXANDRA SCHELL BASTOS
07175.VP	JOAO PAULO PEREIRA AMADIO	07198.VP	CRISTIANE YUMI MAEDA	07257.VP	MARIANA P. DOS REIS SEOANE
07176.VP	CESAR JOSE CARRARO MELCHIADES	07199.VP	NAYARA TISSOT LUNARDON	07265.VP	VIVIANE ROSSI CHAVES
07177.VP	ROGERIO SCHEREMETA	07200.VP	LIVIA CAVALETTI CORREA DA SILVA	07269.VP	GERSON NEY DE OLIVEIRA VIANNA
07179.VP	JACQUES DE LIMA FERREIRA	07201.VP	IVONETE DO ROCIO ALVES PEREIRA	07270.VP	ANA PAULA TEODORO DE SANTIS
00878.ZP	HENRIQUE BERNARDON LEONARDI	07202.VP	CRISTIANE OLIVEIRA NOGUEIRA	07271.VP	ANDRE MELECH DA SILVA
00879.ZP	AMAURI BERNARDI	07203.VP	ANA SILVIA PEDRAZZANI	07272.VP	JULIANA ELISA SILVA
00880.ZP	JUAHIL M. DE OLIVEIRA JUNIOR	07204.VP	KATHERINNE MARIA SPEROSKI	00899.ZP	LORENA CARLA IANTAS
00881.ZP	CARLOS EDUARDO C. DE O. RAMOS	07205.VP	KARINA STELLA SUCKOW	07273.VP	SIBELE BITTENCOURT FRITZSCHE
00882.ZP	TARCISIO ALEX FROIS BALBE	07206.VP	DANIELLA SPONCHIADO	00903.ZP	ANDRE FERRACINI CAMPOS
00883.ZP	RAFAEL SEKI KIOSHIMA	00890.ZP	DEBORA ZANELLO KLOSTERMANN	00904.ZP	GIULIANO DALLA PALMA DE SOUZA
00884.ZP	LUCIANE NERIS CAZELLA	00891.ZP	LILIANE MARIA PIANO	00905.ZP	PAULO HENRIQUE C. MARTVI
00885.ZP	MARINA WILK DONIDA	07229.VP	ORLEI CZELUSNIAK	07285.VP	JONATHAS LAMARCA CARDOSO
00886.ZP	LEILIANE CRISTINE DE SOUZA	07231.VP	CAROLINA FURUZAWA	07286.VP	CRISTINA DE BEM MONTEIRO
00887.ZP	FABIANE DE FREITAS	07233.VP	CLAUDIA MARI UCHIMURA	07292.VP	PAOLA JORDANA SILVA
00888.ZP	CLEUSA BERNARDETE M. BRITO	07234.VP	FRANCIANE NOTTO	07293.VP	PAULA PIEPER
00889.ZP	BRUNO DA COSTA CALDONHO	00892.ZP	HUGO BARTH	07294.VP	FERNANDA CORREA LESNAU
07180.VP	FERNANDA BORGES STOFELLA	00897.ZP	LUCIANE BOCKOR	07287.VP	JOAO PAULO CALOMENO
07181.VP	THAYS PEREIRA JORGE	00896.ZP	MARCIO FIN GOSSNER	07291.VP	ANA CLAUDIA VOGES
07182.VP	RENATA CANECA JORGE	00895.ZP	VINICIUS DE OLIVEIRA CHIMENEZ	07288.VP	DAIANI THOMAZONI
07183.VP	ALESSANDRA DE A. MACIOSKI	00894.ZP	HELLENCRYS CAMARGO	07290.VP	MONICA MARCHIORO MILIETTI
07184.VP	SERGIO DOS SANTOS HENRIQUE	07235.VP	RICARDO ANTUNES DAS NEVES	07289.VP	DOUGLAS WOSCH COSTA
07185.VP	ALAN CESAR CICERO	07236.VP	TIAGO TORRECILLAS STURION	00906.ZP	FERNANDO BLINI
07186.VP	MAICON LOBO CASTRO	07237.VP	VINICIUS TADANO MARQUES	07298.VP	TATIANA NEUZA S. DOS SANTOS
07187.VP	ANA PAULA MAZEIKA	07238.VP	ANDRE LUIZ TORRECILLAS STURION	07299.VP	HENRIQUE BISCA

Prima Cancelada

00697.ZP	LUCIANA LINHARES KINTOPP	00575.VP	JOAO RAMOS DE SIQUEIRA	03875.VP	EVILASIO PONTES DE MELO
00550.ZP	MARCELO FARIA CARDOSO	01465.VP	ERNESTO EMIR K. B. JUNIOR	00740.ZP	GOR BRANCO LOSITO
04421.VP	MICHELLE FABIANNE V. FAVARO	01892.VP	PALMIRO SERGIO BALLIANA	06605.VP	BRUNO ROMEU BOGONI
04420.VP	CRISTIANO CORTES	04360.VP	LISANDRA BONACCORSO DE LIMA	06402.VP	JOAO RICARDO ALMEIDA
03077.VP	NILTON SANTOS BORGES	00504.VP	ORNILA PEREIRA DA COSTA	00817.ZP	LUIS FERNANDO RUCKEL
00333.VP	ADONAI AIRES DE ARRUDA	04110.VP	LILIANE SEVILHA MORMUL	02069.VP	ANTONIO CARLOS MENDES

Prima Reativada

03963.VP	PATRICIA CUSTODIO DOS SANTOS	01459.VP	MANOEL CESAR MOTA	04250.VP	ADRIANE WOEHL WENIGERKIND
04750.VP	MARCIA BORTOLOSO	05847.VP	VIVIANE G. VIEIRA FAVARETTO	06311.VP	EDUARDO DE CAMPOS CARDOZO
00655.ZP	LEANDRO SANTAROSA PERDIGAO	00116.VP	EDMUNDO JOSE COSTA MOURA		

Secundária

07160.VS	MARICLEA BELIDO SEGOVIA	07224.VS	ROGERIO AKIRA SAITO	07228.VS	JANAINA MARIA FURLAN
07161.VS	DANIELA STIEVEN	07225.VS	GEORGE LUIZ LOWEN	07230.VS	DANIEL FAVERO DA ROSA
07178.VS	GILMAR SARTORI JUNIOR	07226.VS	VANESSA ISSUZU MIYAKAWA	07268.VS	JULIANO CESAR DIAS
07223.VS	TULIO CHAVES LOPES	07227.VS	CLAUDIA GOMES LUCIO	07282.VS	FERNANDO AUGUSTO SUMAN

Transferência Recebida

07168.VP	LUIZ ANTERO DE O. PEIXOTO	07253.VP	MARCELE CRISTINA C. LAMIN	07276.VP	MICHEL DOS SANTOS ABRAHAO
07169.VP	VANESSA S. GHELLER	07254.VP	VANESSA CRISEL DEL MORO	07277.VP	EDUARDO T. R. YABUSHITA
07170.VP	ROSYLEA CIBELE COSTA	07255.VP	TATIANA DURIEX PENSO	07278.VP	CESAR H. DE O. SALCE
00877.ZP	ADRIANO RAMOS CARDOSO	07259.VP	GUSTAVO ANDRE MORENO	07279.VP	JOSE ROBERTO B. JUNIOR
07218.VP	SORAYA APERCIDA FERREIRA	07258.VP	ERNANI VELASCO SANDER JUNIOR	07280.VP	PAULO HENRIQUE LOCATELLI
07219.VP	VALQUIRIA GARCIA	07256.VP	MARIA JULIANA SOARES MACIEL	07281.VP	FELIPE BITTENCOURT
07220.VP	VALMIR FERNANDES	00901.ZP	ANA PAULA ROQUE	07283.VP	CRISTINA SAKAMOTO
07221.VP	TADEU TAVARES	07266.VP	MARCUS VINICIUS O. REZENDE	07284.VP	CRISTIANI DOS SANTOS BOLZAN
07222.VP	MAURICIO FANIN	00902.ZP	LAILA TALARICO DIAS TEIXEIRA	07295.VP	MARCUS VINICIUS S. NOBREGA
07232.VP	ANDREI WERNER BORGES	07274.VP	CASSIO EDUARDO FORONI	07296.VP	RODRIGO G. CHAVES
00893.ZP	MELISSA CRISTINA DA SILVA	07275.VP	JOAO PAULO ORBEN	07297.VP	ANTONIO CESAR PEDRO

Profissionais que precisam atualizar endereço

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
00245-VP	LUIZA JESUS DE P. MATTA	02863-VP	ANDREA R. BARROS	03439-VP	RONALDO C. DA COSTA
00456-VP	JOAO ANTONIO G. MARTINS	02884-VP	ALICE SATIKO NISHIDA	03429-VP	DEBORA C. G. A. STOLLMEIER
00500-VP	DORIVAL ROZENDO	00341-ZP	MOIZES PIRES DE O. JUNIOR	03414-VP	ANA M. ANCHESKY
00512-VP	LUIZ CARLOS ROSA	00351-ZP	HOSANA B. L. MURASSAKI	03407-VP	RICARDO G. BALAROTTI
00655-VP	HAROLDO ANTONIO B. CABRAL	00285-ZP	MENDELSON H. B. MUNIZ	00395-ZP	LUCIANO S. LIMA
00661-VP	JOSE ANTONIO R. VICENTE	00287-ZP	GEISA R. LEITAO	03530-VP	LEONARDO CODA
00798-VP	CELSO D. BARANCELLI	00305-ZP	MAURICIO DE N. A. BORBOREMA	03548-VP	JOAO DE A. A. NETO
00856-VP	MARIA D. DE ALMEIDA	00314-ZP	JOAO LUIZ DE CASTRO	03678-VP	ANGELA S. PIEDADE
00976-VP	HUGO JOSE B. ARELLANO	00332-ZP	MARCELO S. E SOUZA	00408-ZP	CLOVIS E. GENEHR
01063-VP	ANTONIO EVANIR G. SOARES	00242-ZP	AGNELO F. Q. PINHEIRO	03713-VP	RAQUEL C. RODRIGUES
01118-VP	MAURICIO M. KONISHI	00255-ZP	ANTONIO C. TONIOL	03800-VP	ADRIANO E. S. E OLIVEIRA
01165-VP	RICARDO MATSUO	00194-ZP	ODAIR A. SANCHES	03959-VS	GEORGEA B. JARRETTA
01173-VP	GILDO W. GORSKI	00079-ZP	EDUARDO E. A. VENDRAMETH	03496-VP	FRANCINE L. S. M. SUNYE
01234-VP	LAERTE G. DA CRUZ	00082-ZP	SERGIO I. MIZOTE	00329-VP	JOSE YUJI YAMAGUTI
01462-VP	VALMIQUE D. SOBREIRA	00103-ZP	VLAUMIR BUGHY	01479-VP	ROSANA M. B. DE CAMPOS
01474-VP	WALTER U. MEDAGLIA	00110-ZP	ILTO MARCHI	02297-VP	ADELMO T. PEIXOTO
01504-VP	PEDRO F. SEYBOTH	00010-ZP	DALTON VICENTE V. MARTINS	02695-VP	ANTONIO C. DE QUEIROZ
01543-VP	LUIZ R. MOSENA	00041-ZP	LEO A. SGARABOTTO	04049-VS	ADRIANA FERRAZ
01634-VP	CESAR A. QUAQUARELLI	00048-ZP	AUGUSTO F. T. NUNES	04074-VP	VALERIA A. CONFORTI
01701-VP	JOAO A. NAKAMURA	00051-ZP	ATILIO PIZZATTO	04145-VP	LUCIANA B. DE S. BRISOLA
01708-VP	MAURICIO R. P. LOPEZ	00068-ZP	JOSE WILSON R. DA COSTA	04165-VP	ADILSON M. SATO
01803-VP	BEATRIZ FLORIANO	00072-ZP	CLAUDIO DE M. MACHADO	04227-VP	DANIELA A. UEMOTO
01927-VP	OLGA DE A. GENTIL	02577-VP	TIAGO TAMANINI	04225-VP	ALEXANDRE C. VALENCA
01970-VP	SOLANGE DOS S. PEREIRA	02748-VS	ALEXANDRE A. O. GOBESSO	00465-ZP	ANA PAULA A. M. CAPELASSO
02004-VP	CLAITON TADEU L. STUMPF	02854-VS	ROLF KURT ZORNIG	04365-VP	GIOVANA A. M. CORDEIRO
02026-VP	LUCINEIA MARIA M. KONISHI	02858-VS	RENATO B. DE O. CRITTER	04371-VP	ELIZABETH L. LEAL
02040-VP	PAULO G. CARNEIRO	02656-VP	RICARDO R. ODA	00500-ZP	JOSIMAR DE ROSSI
02077-VP	CARLA WANDERER	02928-VP	MARCO A. B. BARREIROS	00513-ZP	SANDRO DALLARMI
02210-VP	ANTONIO CARLOS R. GOMES	02940-VP	JOSE F. SANCHES	00564-ZP	ANDRE P. MORALES
02212-VP	MARCELO P. DE SOUZA	03068-VP	RICARDO V. CHAVES	05277-VP	ODILEI R. PRADO
02396-VP	ALUISIO R. GAMEIRO	03048-VP	ALBERTO L. R. JUNIOR	05408-VP	DIOGO M. DE OLIVEIRA
02579-VP	ELCIO DE C. SANVIDO	03155-VP	EVANDRA M. VOLTARELLI	00590-ZP	JOSE B. DE O. JUNIOR
02636-VP	PAULO A. DA ROCHA	03230-VP	KOOJI HORINOUTI	05773-VP	GERHARD WALLER
02647-VP	FERNANDO R. GONCALVES	00389-ZP	IDALO G. NETO	00684-ZP	ALEXANDRE M. MELATO
02716-VP	ALESSANDRO G. M. DE SOUZA	03382-VP	ANGELO WAN	00736-ZP	ADRIANO M. C. MUHLSTEDT
02727-VP	CLAYTON HILLIG	03462-VP	URANDIR BARBOZA	05838-VP	NARA M. O. E RODRIGUES
02747-VP	DIRCEU G. GORMANNS				

CARTA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Julho, 2006

Considerando o sofrimento humano e animal consequente das práticas de recolhimento e eliminação de cães, aliado à ineficiência e ineficácia dessas práticas para o controle de cães e gatos, os PARTICIPANTES do VII CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE CONTROLE ANIMAL, realizado em São José dos Pinhais, Paraná, de 3 a 7 de julho de 2006,

RECONHECEM que:

1. É necessária uma mudança nas estratégias para o controle animal no Brasil;
2. O recolhimento indiscriminado de cães e gatos dificulta o controle animal e das zoonoses;
3. Cães de rua esterilizados, vacinados e desverminados oferecem à comunidade uma barreira reprodutiva e sanitária;
4. Os animais aceitos pela comunidade podem ser recolhidos, esterilizados, vacinados, identificados e desverminados e devolvidos ao local em que estavam, desde que não estejam em risco ou coloquem em risco outros animais, seres humanos e meio ambiente e tenham, se possível, alguém da comunidade ou instituições que assumam a responsabilidade por estes animais;
5. Há necessidade da diminuição da renovação animal e aumento da expectativa de vida animal;
6. Há necessidade da valorização profissional, capacitação e melhoria da qualidade de vida profissional do Oficial de Controle Animal.

RECOMENDAM:

1. que as estratégias a serem desenvolvidas para o controle de populações de cães e gatos sejam embasadas no conhecimento da dinâmica populacional, comportamento animal e no reconhecimento dos animais como seres sencientes, isto é, seres que têm sentimentos, emoções e sensações;
2. que o recolhimento de animais deva ser feito seletivamente, retirando do ambiente somente os indivíduos que coloquem em risco a comunidade ou o ambiente;
3. o manejo etológico dos animais, sendo o exemplo de respeito e trato digno para com os animais, desde o recolhimento até o destino final também como forma de educação da comunidade e bem-estar dos funcionários de serviços de controle animal;
4. a capacitação dos profissionais da área de controle animal e o reconhecimento do Oficial de Controle Animal como agente de promoção da saúde na comunidade;
5. que sejam desenvolvidos programas de educação humanitária permanentes que também contemplem a importância da propriedade, posse ou guarda responsável de animais.

Que fiquem as boas recordações

*deste ano que se encerra e
a busca de novas realizações
seja o objetivo para 2007.*



RDO Brasil



CRMV-PR